



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos

Administradores, Conselheiros, Patrocinadoras e Participantes da

BRF Previdência

São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BRF Previdência (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas dos planos para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da BRF Previdência e individual por plano de benefícios em 31 de dezembro de 2023 e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Equilíbrio Técnico

Conforme descrito na Nota Explicativa 14 às demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2023 os planos de benefícios Plano FAF e Plano II apresentaram déficit técnico de R\$ 50.700 mil e R\$ 227 mil, respectivamente. Considerando o disposto na Resolução CNPC nº 30/2018, o equilíbrio técnico ajustado para o Plano FAF foi de R\$ 36.050 mil (positivo) e para o Plano II de R\$ 151 mil (positivo), consequentemente, não requerendo a elaboração e aprovação de plano de equacionamento dos déficits técnicos apurados para o exercício de 2023 durante o exercício de 2024. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos quando identificadas durante nossos trabalhos.

Maringá, 11 de março de 2023.

BEZ Auditores Independentes SS

CRC PR 5.010/O-2

VALDEMIR

BEZ:693152

56972

Valdemir Bez

Contador

CRC-PR 037262/O-2

Assinado de forma
digital por VALDEMIR

BEZ:69315256972

Dados: 2024.03.19

11:02:16 -03'00'

BRF PREVIDÊNCIA



**Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2023**

CONTEÚDO

Demonstrações Contábeis:

CONSOLIDADO

Balanço Patrimonial	
Ativo	03
Passivo	04
Demonstração da Mutação do Patrimônio Social	05
Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada	06

PLANOS DE BENEFÍCIOS

PLANO DE BENEFÍCIOS FAF

Demonstração do Ativo Líquido	07
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido	08
Demonstração das Provisões Técnicas	09
Demonstração do Plano de Gestão Administrativa	10

PLANO DE BENEFÍCIOS II

Demonstração do Ativo Líquido	11
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido	12
Demonstração das Provisões Técnicas	13
Demonstração do Plano de Gestão Administrativa	14

PLANO DE BENEFÍCIOS III

Demonstração do Ativo Líquido	15
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido	16
Demonstração das Provisões Técnicas	17
Demonstração do Plano de Gestão Administrativa	18

PLANO INSTITUÍDO SETORIAL FAMÍLIA

Demonstração do Ativo Líquido	19
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido	20
Demonstração das Provisões Técnicas	21

Notas Explicativas �s Demonstrações Contábeis	22 - 70
---	---------

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	Exercício findo em	
		31.12.23	31.12.22
DISPONIVEL	4	356	348
REALIZÁVEL		4.653.599	4.285.178
Gestão Previdencial	5	5.825	5.665
Gestão Administrativa	6	4.884	3.678
Investimentos	7	4.642.890	4.275.835
Títulos Públicos	7.2.1	2.129.510	1.935.518
Ativos Financeiros de Crédito Privado		67.153	65.620
Renda Variável	7.2.2	99.026	59.373
Fundos de Investimentos	7.2.3	1.986.752	1.879.938
Investimentos em Imóveis	7.2.5	323.184	301.883
Operações com Participantes	7.2.6	37.265	33.503
IMOBILIZADO E INTANGIVEL	8	688	757
Imobilizado		274	295
Intangível		414	462
TOTAL DO ATIVO		4.654.643	4.286.283

Rosane von Mecheln
Diretora Superintendente
CPF nº 552.220.999-20

Marcio João Tavares
Diretor de Investimentos
CPF nº 142.414.068-40

Mauro Bogoni
Diretor Administrativo e de Seguridade
CPF nº 918.672.409-63

Luciana Venancio Cardoso
Contadora Responsável
CRC nº 1SP 248640/O-9
CPF nº 283.160.228-93

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

(Em milhares de Reais)

PASSIVO	Nota	Exercício findo em	
		31.12.23	31.12.22
EXIGÍVEL OPERACIONAL		16.895	13.279
Gestão Previdencial	9	12.157	10.278
Gestão Administrativa	10	4.712	2.988
Investimentos	11	26	13
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	12	4.133	3.106
Gestão Previdencial		19	19
Gestão Administrativa		4.114	3.087
PATRIMÔNIO SOCIAL		4.633.615	4.269.898
Patrimônio de Cobertura do Plano		4.610.134	4.249.581
Provisões Matemáticas	13.3	4.661.061	4.499.491
Benefícios Concedidos		2.836.160	2.715.454
Benefícios a Conceder		1.825.082	1.784.226
(-) Provisões Matemáticas a Constituir		(181)	(189)
Equilíbrio técnico	14	(50.927)	(249.910)
Resultados Realizados		(50.927)	(249.910)
(-) Déficit Técnico Acumulado		(50.927)	(249.910)
Fundos		23.481	20.317
Fundos Previdenciais	15.1	1.711	2.737
Fundos Administrativos	15.2	15.577	12.127
Fundos para Garantia das Operações com Participantes	15.3	6.193	5.453
TOTAL DO PASSIVO		4.654.643	4.286.283

Rosane von Mechele
Diretora Superintendente
CPF nº 552.220.999-20

Marcio João Tavares
Diretor de Investimentos
CPF nº 142.414.068-40

Mauro Bogoni
Diretor Administrativo e de Seguridade
CPF nº 918.672.409-63

Luciana Venancio Cardoso
Contadora Responsável
CRC nº 15P 248640/O-9
CPF nº 283.160.228-93

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL – DMPS

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em 31.12.23	31.12.22	Variação (%)
A) Patrimônio Social – Início do Exercício	4.269.898	4.294.241	(0,57)
1. Adições	728.576	455.542	59,94
Contribuições Previdenciais	73.579	69.684	5,59
Portabilidade	364	235	54,89
Outras Adições Previdenciais	25	88	(71,59)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	631.797	368.560	71,42
Reversão Líquida de Contingências – Gestão Previdencial	-	61	(100,00)
Receitas Administrativas	20.062	15.414	30,15
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Administrativa	2.009	1.340	49,93
Constituição de Fundos para Garantia das Operações com Participantes	740	160	362,50
2. Destinações	(364.859)	(479.885)	(23,97)
Benefícios	(225.925)	(205.679)	9,84
Resgates	(65.175)	(40.912)	59,31
Portabilidade	(5.256)	(12.059)	(56,41)
Desoneração de Contribuições de Patrocinador(es)	(8.415)	(5.968)	41,00
Outras Destinações	(463)	(306)	51,31
Resultado Negativo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	(41.004)	(198.854)	(79,38)
Constituição Líquida de Contingências – Gestão Previdencial	-	(155)	(100,00)
Despesas Administrativas	(17.595)	(15.174)	15,95
Constituição Líquida de Contingências – Gestão Administrativa	(1.026)	(778)	31,88
3. Acréscimo/decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	363.717	(24.343)	(1.594,13)
Provisões Matemáticas	161.570	30.147	435,94
Superavit/Déficit Técnico do Exercício	198.983	(57.490)	(446,12)
Fundos Previdenciais	(1.026)	2.038	(150,34)
Fundos Administrativos	3.450	802	330,17
Fundos para Garantia das Operações com Participantes	740	160	362,50
B) Patrimônio Social no final do exercício (A+3)	4.633.615	4.269.898	8,52

Rosane von Meckeln
Diretora Superintendente
CPF nº 552.220.999-20

Marcio João Tavares
Diretor de Investimentos
CPF nº 142.414.068-40

Mauro Bogoni
Diretor Administrativo e de Segurança
CPF nº 918.672.409-63

Luciana Venancio Cardoso
Contadora Responsável
CRC nº 13P 248640/O-9
CPF nº 283.160.228-93

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADA - DPGA

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação
	31.12.23	31.12.22	(%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	12.127	11.325	7,08
1. Custeio da Gestão Administrativa	22.071	16.754	31,74
1.1. Receitas	22.071	16.754	31,74
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	8.989	9.871	(8,94)
Custeio Administrativo dos Investimentos	10.477	5.053	107,34
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	553	466	18,67
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	2.009	1.340	49,93
Outras Receitas	43	24	79,17
2. Despesas Administrativas	(17.595)	(15.174)	15,95
2.1. Administração dos Planos Previdenciais	(17.570)	(15.149)	15,98
Pessoal e Encargos	(12.386)	(10.330)	19,90
Treinamentos/Congressos e Seminários	(78)	(39)	100,00
Viagens e Estádias	(68)	(36)	88,89
Serviços de Terceiros	(3.419)	(3.478)	(1,70)
Despesas Gerais	(858)	(734)	16,89
Depreciações e Amortizações	(204)	(160)	27,50
Tributos	(312)	(312)	-
Outras Despesas	(245)	(60)	308,33
2.5. Fomento	(25)	(25)	-
3. Constituição/Reversão de Confinências Administrativas	(1.026)	(778)	31,88
4. Sobre/insuficiência da Gestão Administrativa (1+2+3+4+5)	3.450	802	330,17
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	3.450	802	330,17
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	15.577	12.127	28,45

Rosane von Mechehn
Diretora Superintendente
CPF nº 552.220.999-20

Marcio João Tavares
Diretor de Investimentos
CPF nº 142.414.068-40

Mauro Bogoni
Diretor Administrativo e de Segurança
CPF nº 918.672.409-63

Luciana Venancio Cardoso
Contadora Responsável
CRC nº 1SP 248640/O-9
CPF nº 283.160.228-93

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DAL) – PLANO DE BENEFÍCIOS FAF

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação
	31.12.23	31.12.22	(%)
1. Ativos	3.801.604	3.539.315	7,41
Disponível	8	3	166,67
Recebíveis Previdencial	13.849	11.215	23,49
Investimento	3.787.747	3.528.097	7,36
Títulos Públicos	1.805.253	1.644.565	9,77
Ativos Financeiros de Crédito Privados	58.389	57.056	2,34
Renda Variável	84.553	50.695	66,79
Fundos de Investimentos	1.496.963	1.454.286	2,93
Investimentos em Imóveis	323.184	301.883	7,06
Operações com Participantes	19.405	19.612	(1,06)
2. Obrigações	2.960	2.594	14,11
Operacional	2.960	2.594	14,11
3. Fundos não Previdenciais	18.747	15.725	19,22
Fundo Administrativo	13.848	11.212	23,51
Fundos para Garantia de Operações com Participantes	4.899	4.513	8,55
5. Ativo Líquido (1-2-3)	3.779.897	3.520.996	7,35
Provisões Matemáticas	3.830.597	3.769.809	1,61
Superávit/Déficit Técnico	(50.700)	(248.813)	(79,62)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(50.700)	(248.813)	(79,62)
b) Ajuste de Precificação	86.750	99.273	(12,61)
c) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	36.050	(149.540)	(124,11)

Rosane von Meckeln
Diretora Superintendente
CPF nº 552.220.999-20

Marcio João Tavares
Diretor de Investimentos
CPF nº 142.414.068-40

Mauro Bogoni
Diretor Administrativo e de Seguridade
CPF nº 918.672.409-63

Luciana Venancio Cardoso
Contadora Responsável
CRC nº 1SP 248640/O-9
CPF nº 283.160.228-93

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DMAL) - PLANO DE BENEFÍCIOS FAF

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação
	31.12.23	31.12.22	(%)
A) Ativo Líquido – Início do Exercício	3.520.996	3.565.791	(1,26)
1. Adições	510.447	309.323	65,02
Contribuições	7.535	7.276	3,56
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	502.894	301.955	66,55
Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	61	(100,00)
Outras Adições	18	31	(41,94)
2. Destinações	(251.546)	(354.118)	(28,97)
Benefícios	(216.078)	(196.799)	9,80
Resgates	(1.345)	(807)	66,67
Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	(26.464)	(148.985)	(82,24)
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	(155)	(100,00)
Custeio Administrativo	(7.507)	(7.267)	3,30
Outras Destinações	(152)	(105)	44,76
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	258.901	(44.795)	(677,97)
Provisões Matemáticas	60.788	15.636	288,77
Superavit (Déficit) Técnico do Exercício	198.113	(60.431)	(427,83)
B) Ativo Líquido – Final do Exercício (A+3)	3.779.897	3.520.996	7,35
C) Fundos não Previdenciais	3.022	724	317,40
Fundo Administrativo	2.636	623	323,11
Fundos para Garantia das Operações com Participantes	386	101	282,18

Rosane von Mechele
Diretora Superintendente
CPF nº 552.220.999-20

Marcio João Tavares
Diretor de Investimentos
CPF nº 142.414.068-40

Mauro Bogoni
Diretor Administrativo e de Seguridade
CPF nº 918.672.409-63

Luciana Venancio Cardoso
Contadora Responsável
CRC nº 15P 248640/O-9
CPF nº 283.160.228-93

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS (DPT) – PLANO DE BENEFÍCIOS FAF

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação
	31.12.23	31.12.22	(%)
PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3+4+5)	3.787.756	3.528.103	7,36
1. Provisões Matemáticas	3.830.597	3.769.809	1,61
1.1. Benefícios Concedidos	2.748.368	2.633.734	4,35
Contribuição Definida	762	564	35,11
Benefício Definido	2.747.606	2.633.170	4,35
1.2. Benefício a Conceder	1.082.229	1.136.075	(4,74)
Contribuição Definida	3.923	4.708	(16,67)
Saldo de contas - Parcela Participantes	3.923	4.708	(16,67)
Benefício Definido	1.078.306	1.131.367	(4,69)
2. Equilíbrio Técnico	(50.700)	(248.813)	(79,62)
2.1. Resultados Realizados	(50.700)	(248.813)	(79,62)
(-) Deficit técnico acumulado	(50.700)	(248.813)	(79,62)
3. Fundos	4.899	4.513	8,55
3.2. Fundos para Garantia de Operações com Participantes - Gestão Previdencial	4.899	4.513	8,55
4. Exigível Operacional	2.960	2.594	14,11
4.1. Gestão Previdencial	2.922	2.565	13,92
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	38	29	31,03

Rosane von Mechehn
Diretora Superintendente
CPF nº 552.220.999-20

Marcio João Tavares
Diretor de Investimentos
CPF nº 142.414.068-40

Mauro Bogoni
Diretor Administrativo e de Seguridade
CPF nº 918.672.409-63

Luciana Venancio Cardoso
Contadora Responsável
CRC nº 15P 248640/O-9
CPF nº 283.160.228-P3

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PLANO DE BENEFÍCIOS FAF

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação
	31.12.23	31.12.22	(%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	11.212	10.589	5,88
1. Custeio da Gestão Administrativa	17.025	13.109	29,87
1.1. Receitas	17.025	13.109	29,87
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	7.507	7.267	3,30
Custeio Administrativo dos Investimentos	7.368	4.292	71,67
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	316	301	4,98
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	1.796	1.243	44,49
Outras Receitas	38	6	533,33
2. Despesas Administrativas	(13.597)	(11.877)	14,48
2.1. Administração dos Planos Previdenciais	(13.597)	(11.877)	14,48
Pessoal e Encargos	(9.880)	(8.311)	18,88
Treinamentos/Congressos e Seminários	(64)	(33)	93,94
Viagens e Estádias	(56)	(30)	86,67
Serviços de Terceiros	(2.469)	(2.523)	(2,14)
Despesas Gerais	(661)	(553)	19,53
Depreciações e Amortizações	(162)	(134)	20,90
Tributos	(240)	(240)	-
Outras Despesas	(65)	(53)	22,64
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	(792)	(609)	30,05
6. Sobre/insuficiência da Gestão Administrativa (1+2+3+4+5)	2.636	623	323,11
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	2.636	623	323,11
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	13.848	11.212	23,51

Rosane von Mecheim
Diretora Superintendente
CPF nº 552.220.999-20

Marcio João Tavares
Diretor de Investimentos
CPF nº 142.414.068-40

Mauro Bogoni
Diretor Administrativo e de Seguridade
CPF nº 918.672.409-63

Luciana Venancio Cardoso
Contadora Responsável
CRC nº 1SP 248640/O-9
CPF nº 283.160.228-93

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DAL) – PLANO DE BENEFÍCIOS II

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação
	31.12.23	31.12.22	(%)
1. Ativos	384.995	367.353	4,80
Disponível	23	10	130,00
Recebíveis Previdencial	1.681	1.536	9,44
Investimento	383.291	365.807	4,78
Títulos Públicos	176.092	168.416	4,56
Ativos Financeiros de Crédito Privados	3.869	3.781	2,33
Renda Variável	8.205	4.920	66,77
Fundos de Investimentos	190.056	184.949	2,76
Operações com Participantes	5.069	3.741	35,50
2. Obrigações	924	556	66,19
Operacional	905	537	68,53
Contingencial	19	19	-
3. Fundos não Previdenciais	854	646	32,20
Fundo Administrativo	397	309	28,48
Fundos para Garantia de Operações com Participantes	457	337	35,61
5. Ativo líquido(1-2-3)	383.217	366.151	4,66
Provisões Matemáticas	383.222	367.035	4,41
Superávit/Déficit Técnico	(227)	(1.097)	(79,31)
Fundos Previdenciais	222	213	4,23
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(227)	(1.097)	(79,31)
b) Ajuste de Precificação	378	435	(13,10)
c) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	151	(662)	(122,81)

Rosane von Mecheln
Diretora Superintendente
CPF nº 552.220.999-20

Marcio João Tavares
Diretor de Investimentos
CPF nº 142.414.068-40

Mauro Bogoni
Diretor Administrativo e de Seguridade
CPF nº 918.672.409-63

Luciana Venancio Cardoso
Contadora Responsável
CRC nº 13P 248640/O-9
CPF nº 283.160.228-93

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DMAL) - PLANO DE BENEFÍCIOS II

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação
	31.12.23	31.12.22	(%)
A) Ativo Líquido – Início do Exercício	366.151	374.795	(2,31)
1. Adições	74.201	45.886	61,71
Contribuições	12.264	12.208	0,46
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	61.930	33.650	64,04
Outras Adições	7	28	(75,00)
2. Destinações	(57.135)	(54.530)	4,78
Benefícios	(9.134)	(8.195)	11,46
Resgate	(38.521)	(16.092)	139,38
Portabilidade	(1.207)	(3.850)	(68,65)
Desonerações de Contribuições de Patrocinador(es)	(149)	-	(100,00)
Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	(7.549)	(25.518)	(70,42)
Custeio Administrativo	(560)	(750)	(25,33)
Outras Destinações	(15)	(125)	(88,00)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	17.066	(8.644)	(297,43)
Provisões Matemáticas	16.187	(11.679)	(238,60)
Fundos Previdenciais	9	94	(90,43)
Superavit (Déficit) Técnico do Exercício	870	2.941	(70,42)
B) Ativo Líquido – Final do Exercício (A+3)	383.217	366.151	4,66
C) Fundos não Previdenciais	208	80	160,00
Fundo Administrativo	88	55	60,00
Fundos para Garantia das Operações com Participantes	120	25	380,00

Rosane von Meckeln
Diretora Superintendente
CPF nº 552.220.999-20

Marcio João Tavares
Diretor de Investimentos
CPF nº 142.414.068-40

Mauro Bogoni
Diretor Administrativo e de Segurança
CPF nº 918.672.409-63

Luciana Venancia Cardoso
Contadora Responsável
CRC nº 13P 248640/O-9
CPF nº 283.160.228-93

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS (DPT) - PLANO DE BENEFÍCIOS II

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação
	31.12.23	31.12.22	(%)
PROVISÕES TÉCNICAS	384.598	367.044	4,78
1. Provisões Matemáticas	383.222	367.035	4,41
1.1. Benefícios Concedidos	84.152	78.601	7,06
Contribuição Definida	60.946	55.213	10,18
Benefício Definido	23.206	23.288	(0,35)
1.2. Benefício a Conceder	299.251	288.623	3,68
Contribuição Definida	299.251	288.623	3,68
Saldo de contas - Parcela Patrocinador(es) / Insituído	128.987	124.016	4,01
Saldo de contas - Parcela Participantes	170.264	164.607	3,44
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(181)	(189)	(4,23)
(-) Equacionamento de Deficit a Integralizar	(181)	(189)	(4,23)
(-) Assistidos	(181)	(189)	(4,23)
2. Equilíbrio Técnico	(227)	(1.097)	(79,31)
2.1. Resultados Realizados	(227)	(1.097)	(79,31)
(-) Deficit técnico acumulado	(227)	(1.097)	(79,31)
3. Fundos	679	550	23,45
3.1. Fundos Previdenciais	222	213	4,23
3.2. Fundos para Garantia de Operações com Participantes - Gestão Previdencial	457	337	35,61
4. Exigível Operacional	905	537	68,53
4.1. Gestão Previdencial	896	529	69,38
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	9	8	12,50
5. Exigível Contingencial	19	19	-
5.1. Gestão Previdencial	19	19	-

Rosane von Meckeln
Diretora Superintendente
CPF nº 552.220.999-20

Marcio João Tavares
Diretor de Investimentos
CPF nº 142.414.068-40

Mauro Bogoni
Diretor Administrativo e de Seguridade
CPF nº 918.672.409-63

Luciana Venancio Cardoso
Contadora Responsável
CRC nº 13P 248640/O-9
CPF nº 283.160.228-93

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PLANO DE BENEFÍCIOS II

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação
	31.12.23	31.12.22	(%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	309	254	21,65
1. Custeio da Gestão Administrativa	1.854	1.460	26,99
1.1. Receitas	1.854	1.460	26,99
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	560	750	(25,33)
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.156	632	82,91
Taxa de Administração de Empréstimos	65	43	51,16
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	72	32	125,00
Outras Receitas	1	3	(66,67)
2. Despesas Administrativas	(1.680)	(1.337)	25,65
2.1. Administração dos Planos Previdenciais	(1.680)	(1.337)	25,65
Pessoal e encargos	(1.054)	(875)	20,46
Treinamentos/Congressos e Seminários	(7)	(3)	133,33
Viagens e Estadias	(6)	(3)	100,00
Serviços de Terceiros	(310)	(340)	(8,82)
Despesas Gerais	(73)	(62)	17,74
Depreciações e Amortizações	(17)	(14)	21,43
Tributos	(36)	(36)	-
Outras Despesas	(177)	(4)	4.325,00
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	(86)	(68)	26,47
6. Sobre/insuficiência da Gestão Administrativa (1+2+3+4+5)	88	55	60,00
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	88	55	60,00
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	397	309	28,48

Rosane van Mecheln
Diretora Superintendente
CPF nº 552.220.999-20

Marcio João Tavares
Diretor de Investimentos
CPF nº 142.414.068-40

Mauro Bogoni
Diretor Administrativo e de Seguridade
CPF nº 918.672.409-63

Luciana Venancio Cardoso
Contadora Responsável
CRC nº 1SP 248640/O-9
CPF nº 283.160.228-93

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DAL) - PLANO DE BENEFÍCIOS III

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em 31.12.23	31.12.22	Variação (%)
1.Ativos	457.902	372.506	22,92
Disponível	5	14	(64,29)
Recebíveis Previdencial	6.218	4.995	24,48
Investimentos	451.679	367.497	22,91
Títulos Públicos	139.090	114.524	21,45
Ativos Financeiros de Crédito Privados	4.895	4.783	2,34
Renda Variável	6.268	3.758	66,79
Fundos de Investimentos	288.635	234.282	23,20
Operações com Participantes	12.791	10.150	26,02
2.Obrigações	9.602	7.887	21,74
Operacional	9.602	7.887	21,74
3.Fundos não Previdenciais	2.100	1.119	87,67
Fundo Administrativo	1.263	516	144,77
Fundos para Garantia de Operações com Participantes	837	603	38,81
5.Ativo Líquido (1-2-3)	446.200	363.500	22,75
Provisões Matemáticas	444.711	360.976	23,20
Fundos Previdenciais	1.489	2.524	(41,01)

Rosane von Mecheln
Diretora Superintendente
CPF nº 552.220.999-20

Marcio João Tavares
Diretor de Investimentos
CPF nº 142.414.068-40

Mauro Bogoni
Diretor Administrativo e de Seguridade
CPF nº 918.672.409-63

Luciana Venancio Cardoso
Contadora Responsável
CRC nº 1SP 248640/O-9
CPF nº 283.160.228-93

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DMAL) - PLANO DE BENEFÍCIOS III

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Varição
	31.12.23	31.12.22	(%)
A) Ativo Líquido – Início do Exercício	363.500	336.150	8,14
1. Adições	129.246	92.506	39,72
Contribuições	62.162	59.400	4,65
Portabilidade	364	235	54,89
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	66.720	32.842	103,15
Outras Adições	-	29	(100,00)
2. Destinações	(46.546)	(65.156)	(28,56)
Benefícios	(713)	(685)	4,09
Resgate	(25.309)	(24.013)	5,40
Portabilidade	(4.049)	(8.209)	(50,68)
Desonerações de Contribuições de Patrocinador(es)	(8.266)	(5.968)	38,51
Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	(6.991)	(24.351)	(71,29)
Custeio Administrativo	(922)	(1.854)	(50,27)
Outras Destinações	(296)	(76)	289,47
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	82.700	27.350	202,38
Provisões matemáticas	83.735	25.406	229,59
Fundos Previdenciais	(1.035)	1.944	(153,24)
B) Ativo Líquido – Final do Exercício (A+3)	446.200	363.500	22,75
C) Fundos não Previdenciais	981	204	380,88
Fundo Administrativo	747	170	339,41
Fundos para Garantia das Operações com Participantes	234	34	588,24

Rosane von Meckeln
Diretora Superintendente
CPF nº 552.220.999-20

Marcio João Tavares
Diretor de Investimentos
CPF nº 142.414.068-40

Mauro Bogoni
Diretor Administrativo e de Seguridade
CPF nº 918.672.409-63

Luciana Venancio Cardoso
Contadora Responsável
CRC nº 1SP 248640/O-9
CPF nº 283.160.228-93

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS (DPT) - PLANO DE BENEFÍCIOS III

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação
	31.12.23	31.12.22	(%)
PROVISÕES TÉCNICAS	456.639	371.990	22,76
1. Provisões Matemáticas	444.711	360.976	23,20
1.1. Benefícios Concedidos	3.640	3.119	16,70
Contribuição Definida	3.640	3.119	16,70
1.2. Benefício a Conceder	441.071	357.857	23,25
Contribuição Definida	441.071	357.857	23,25
Saldo de contas - Parcela Patrocinador(es) / Instituidor	190.315	153.424	24,05
Saldo de contas - Parcela Participantes	250.756	204.433	22,66
3. Fundos	2.326	3.127	(25,62)
3.1. Fundos Previdenciais	1.489	2.524	(41,01)
3.2. Fundos para Garantia de Operações com Participantes - Gestão Previdencial	837	603	38,81
4. Exigível Operacional	9.602	7.887	21,74
4.1. Gestão Previdencial	9.574	7.868	21,68
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	28	19	47,37

Rosane von Mecheln
Diretora Superintendente
CPF nº 552.220.999-20

Marcio João Tavares
Diretor de Investimentos
CPF nº 142.414.068-40

Mauro Bogoni
Diretor Administrativo e de Seguridade
CPF nº 918.672.409-63

Luciana Venancio Cardoso
Contadora Responsável
CRC nº 1SP 248640/O-9
CPF nº 283.160.228-93

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (DPGA) - PLANO DE BENEFÍCIOS III

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação
	31.12.23	31.12.22	(%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	516	346	49,13
1. Custeio da Gestão Administrativa	3.163	2.161	46,37
1.1. Receitas	3.163	2.161	46,37
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	922	1.854	(50,27)
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.934	118	1.538,98
Taxa de Administração de Empréstimos	172	122	40,98
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	131	52	151,92
Outras Receitas	4	15	(73,33)
2. Despesas Administrativas	(2.269)	(1.891)	19,99
2.1. Administração dos Planos Previdenciais	(2.269)	(1.891)	19,99
Pessoal e encargos	(1.445)	(1.140)	26,75
Treinamentos/Congressos e Seminários	(7)	(3)	133,33
Viagens e Estádias	(6)	(3)	-
Serviços de Terceiros	(624)	(575)	8,52
Despesas Gerais	(123)	(119)	3,36
Depreciações e Amortizações	(25)	(12)	108,33
Tributos	(36)	(36)	-
Outras Despesas	(3)	(3)	-
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	(147)	(100)	47,00
6. Sobra/insuficiência da Gestão Administrativa (1+2+3+4+5)	747	170	339,41
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	747	170	339,41
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	1.263	516	144,77

Rosane von Meckeln
Diretora Superintendente
CPF nº 552.220.999-20

Marcelo João Tavares
Diretor de Investimentos
CPF nº 142.414.068-40

Mauro Bogoni
Diretor Administrativo e de Segurança
CPF nº 918.672.409-63

Luciana Venancio Cardoso
Contadora Responsável
CRC nº 1SP 248640/O-9
CPF nº 283.160.228-93

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DAL) - PLANO INSTITUÍDO SETORIAL FAMÍLIA BRF PREVIDÊNCIA

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação
	31.12.23	31.12.22	(%)
1. Ativos	2.531	1.671	51,47
Disponível	1	-	100,00
Investimentos	2.530	1.671	51,41
Fundos de Investimentos	2.530	1.671	51,41
5. Ativo Líquido (1-2-3)	2.531	1.671	51,47
Provisões Matemáticas	2.531	1.671	51,47

Rosane von Mecheln
Diretora Superintendente
CPF nº 552.220.999-20

Marcio João Tavares
Diretor de Investimentos
CPF nº 142.414.068-40

Mauro Bogoni
Diretor Administrativo e de Seguridade
CPF nº 918.672.409-63

Luciana Venancio Cardoso
Contadora Responsável
CRC nº 1SP 248640/O-9
CPF nº 283.160.228-93

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO ATIVO LÍQUIDO (DMAL) – PLANO INSTITUÍDO SETORIAL FAMÍLIA BRF PREVIDÊNCIA

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação
	31.12.23	31.12.22	(%)
A) Ativo Líquido – Início do Exercício	1.671	887	88,39
1. Adições	860	784	9,69
Contribuições	607	671	(9,54)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	253	113	123,89
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	860	784	9,69
Provisões matemáticas	860	784	9,69
B) Ativo Líquido – Final do Exercício (A+3)	2.531	1.671	51,47

Rosane von Mecheln
Diretora Superintendente
CPF nº 552.220.999-20

Marcio João Tavares
Diretor de Investimentos
CPF nº 142.414.068-40

Mauro Bogoni
Diretor Administrativo e de Seguridade
CPF nº 918.672.409-63

Luciana Venancio Cardoso
Contadora Responsável
CRC nº 1SP 248640/O-9
CPF nº 283.160.228-93

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS (DPT) - PLANO INSTITUÍDO SETORIAL FAMÍLIA BRF PREVIDÊNCIA

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação (%)
	31.12.23	31.12.22	
PROVISÕES TÉCNICAS	2.531	1.671	51,47
1. Provisões Matemáticas	2.531	1.671	51,47
1.2. Benefício a Conceder	2.531	1.671	51,47
Contribuição Definida	2.531	1.671	51,47
Saldo de contas - Parcela Participantes	2.531	1.671	51,47

Rosane von Mecheln
Diretora Superintendente
CPF nº 552.220.999-20

Marcio João Tavares
Diretor de Investimentos
CPF nº 142.414.068-40

Mauro Bogoni
Diretor Administrativo e de Seguridade
CPF nº 918.672.409-63

Luciana Venancio Cardoso
Contadora Responsável
CRC nº 1SP 248640/O-9
CPF nº 283.160.228-93

As notas explicativas integram as Demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A BRF Previdência (Entidade), pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, é uma entidade fechada de previdência complementar, constituída em conformidade com a Lei complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, sob a forma de sociedade civil, de caráter não econômico e sem fins lucrativos, sendo que seu funcionamento foi autorizado por meio da Portaria nº 3.729 do Ministério da Previdência Social - MPS, de 27 de dezembro de 1996, tendo iniciado suas atividades em 2 de abril de 1997.

Em consonância com as disposições estatutárias e regulamentares, a Entidade tem como finalidade principal a instituição e a administração de planos de benefícios, de caráter previdencial, em conformidade com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

Os recursos disponíveis dos Planos administrados são constituídos por contribuições das patrocinadoras, dos participantes e rendimentos resultantes das aplicações desses recursos, obedecendo a legislação, normativos e, em especial, ao disposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.994, de 24 de março de 2022 e alterações posteriores e as diretrizes apresentadas na Política de Investimentos de cada Plano.

■ Planos Administrados

A BRF Previdência administra 4 (quatro) Planos de Benefícios, são eles:

Plano	CNPB ⁽¹⁾	Situação	Modalidade ⁽²⁾	CNPJ ⁽³⁾
Plano de Benefícios II	2009.0005-11	Fechado para novas adesões	Contribuição Variável	48.307.428/0001-08
Plano de Benefícios III	2011.0016-92	Aberto para adesões	Contribuição Definida	48.307.522/0001-67
Plano de Benefícios FAF	1979.0006-38	Fechado para novas adesões	Benefício Definido	48.306.566/0001-72
Plano Instituído				
Setorial Família BRF Previdência	2020.0029-65	Aberto para adesões	Contribuição Definida	48.307.757/0001-59

⁽¹⁾ CNPB - Cadastro Nacional de Planos de Benefícios das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), mantido pela Previc.

⁽²⁾ Planos indicados com a modalidade de Benefício Definido (BD) são aqueles cujos benefícios programados têm seu valor previamente estabelecido, sendo seu custo determinado atuarialmente, de forma a segurar sua concessão e manutenção. Planos indicados na modalidade de Contribuição Definida (CD) são aqueles cujos benefícios dependem do montante de contribuições realizadas individualmente ao longo do tempo ajustadas pelas rentabilidades auferidas. Planos indicados pela modalidade Contribuição Variável (CV) são aqueles que apresentam a conjugação das características da modalidade de contribuição definida, na fase de acumulação dos recursos e a opção de benefício definido na aposentadoria.

⁽³⁾ Em atendimento a Resolução CNPC nº 46/2021 e Resolução Previc nº 12/2022, conforme descrito na Nota 18.6, foram emitidos, pela Receita Federal do Brasil, números de CNPJ para cada Plano de Benefícios, sendo que, conforme a referida legislação, tais normativos visam afirmar a independência patrimonial dos planos, porém sem constituição de personalidade jurídica própria. O CNPJ 01689.795/0001-50 refere-se a BRF Previdência no qual apresenta-se os devidos atos constitutivos.

Além dos planos de benefícios, a BRF Previdência também possui o Plano de Gestão Administrativa (PGA), que tem por finalidade registrar as atividades relativas à gestão administrativa da Entidade, na forma do seu Regulamento, que é aprovado pelo Conselho Deliberativo.

▪ Patrocinadoras/Instituidora

A seguir, demonstram-se as patrocinadoras e instituidora correspondentes a cada Plano de Benefícios, cuja formalização da condição ocorre por meio de Convênio ou Termo de Adesão.

Patrocinadoras	Plano de Benefício			
	FAF	II	III	Família
BRF S.A.	✓	✓	✓	
CrediBRF - Cooperativa de Crédito		✓	✓	
BRF Investimentos Ltda.		✓		
BRF Previdência	✓	✓	✓	
Sociedade Esportiva e Recreativa Sadia - SER SADIA	✓			
BRF Pet S.A.			✓	
Hercosul Alimentos Ltda.			✓	
Hercosul Distribuição Ltda.			✓	
Hercosul Soluções em Transporte Ltda.			✓	
Mogiana Alimentos S.A.			✓	
Instituidora	FAF	II	III	Família
ABRAPP - Assoc. Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar				✓

▪ Participantes

São participantes da Entidade as pessoas físicas que ingressarem nos Plano de Benefícios e mantiverem essa qualidade nos termos dos Regulamentos próprios.

Também são considerados como participantes os dependentes dos participantes, observadas as condições contidas nos Regulamentos dos respectivos Planos de Benefícios em que estão inscritos.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Entidade apresentava a seguinte quantidade de participantes:

Participantes	Consolidado		Plano FAF		Plano II		Plano III		Plano Família	
	31.12.23	31.12.22	31.12.23	31.12.22	31.12.23	31.12.22	31.12.23	31.12.22	31.12.23	31.12.22
Ativos ¹	46.253	50.668	5.644	5.829	4.561	4.794	35.620	39.696	428	349
Assistidos ²	8.205	8.051	8.035	7.893	146	139	24	19	-	-
	54.458	58.719	13.679	13.722	4.707	4.933	35.644	39.715	428	349

(1) Ativos: Inclui autopatrocinados e BPDs

(2) Assistidos: Inclui beneficiários de Pensão por Morte

- Tipos de benefícios

Os Planos de Benefícios administrados pela BRF Previdência oferecem os seguintes tipos de benefícios:

- ❖ Plano II e Plano III: Aposentadoria Normal, Aposentadoria Antecipada, Aposentadoria por Invalidez, Pensão por Morte, Benefício Proporcional e Abono Anual.
- ❖ Plano FAF: Suplementação de Aposentadoria por Invalidez, Suplementação de Aposentadoria por Idade, Suplementação de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Suplementação de Aposentadoria Especial, Suplementação de Aposentadoria Antecipada, Suplementação Mínima de Aposentadoria, Suplementação de Pensão, Suplementação Mínima de Pensão e Benefício Proporcional Diferido.
- ❖ Plano Família: Benefício Programado, Benefício por Invalidez, Benefício por Falecimento, Benefício Temporário e Abono Anual.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc), incluindo as disposições legais dos órgãos normativos e reguladores e Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Destaca-se os seguintes normativos:

- NBC TE 11 aprovada pela Resolução nº 1.272 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), de 22 de janeiro de 2010;
- Resolução do CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021;
- Resolução da Previc nº 23, de 14 de agosto de 2023.

2.1 ESTRUTURA CONTÁBIL

A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC's, reflete o ciclo operacional de longo prazo de suas atividades, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC TG 26 (R5).

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em gestões distintas (Previdencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações, formando um

conjunto de informações que caracterizam as atividades destinadas à realização das funções da Entidade, conforme segue:

- Gestão Previdencial: registra e controla as contribuições, benefícios e os institutos de portabilidade, resgate, benefício proporcional diferido e autopatrocínio e os depósitos judiciais e recursais relativos às contingências da Gestão Previdencial, bem como o resultado do Plano de Benefícios de natureza previdenciária.
- Gestão Administrativa: atividade de registro e de controle inerentes à administração dos Planos de Benefícios.
- Investimentos: registro e controle referentes à aplicação dos recursos de cada Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa.

Conforme Resolução do CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021, as EFPC's apresentam os seguintes demonstrativos contábeis, comparativos ao exercício anterior, evidenciando:

- **Balanco Patrimonial - BP** – de forma consolidada, os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos;
- **Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS** - de forma consolidada, as modificações ocorridas no Patrimônio Social dos planos;
- **Demonstração do Ativo Líquido – DAL** - por plano de benefícios, a composição do ativo líquido disponível para cobertura das obrigações atuariais;
- **Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL** - por plano de benefícios, as mutações ocorridas no Ativo Líquido;
- **Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada - DPGA** - de forma consolidada, o resultado da atividade administrativa da Entidade e as mutações do fundo administrativo ocorridas;
- **Demonstração do Plano de Gestão Administrativa por Plano de Benefícios- DPGA** – o resultado da atividade administrativa do respectivo plano e as mutações do fundo administrativo. A elaboração da DPGA por plano é facultativa, sendo que, com o intuito de apresentar maior transparência nas demonstrações, a BRF Previdência optou pela elaboração individualizada;
- **Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT** - por plano de benefícios, a composição das Provisões Técnicas.

As Demonstrações Contábeis consolidadas incluem os saldos das contas dos Planos de Benefícios FAF, II, III, Plano Família e do PGA.

A Instrução Previc nº 23, de 14 de agosto de 2023, revisa e consolida os procedimentos contábeis aplicados às EFPC's, proporcionando maior aproximação aos padrões das Normas Internacionais de Contabilidade e normas complementares às diretrizes do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). Esta Instrução entrou em vigor em 1º de setembro de 2023, sendo que, as demonstrações contábeis apresentadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 observam tal normativo.

2.2 MOEDA FUNCIONAL

A moeda funcional da Entidade é o Real (R\$) e as Demonstrações Contábeis são apresentadas em milhares de reais.

2.3 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A emissão das Demonstrações Contábeis foi aprovada pela administração da Entidade em 19 de março de 2024.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Entidade estão resumidas em:

a. REGISTROS CONTÁBEIS

São realizados separadamente, por plano de benefícios, obedecendo a sua independência patrimonial, resultando em balancetes contábeis individualizados, bem como, para o Plano de Gestão Administrativa – PGA.

b. APURAÇÃO DO RESULTADO

O resultado de cada Plano de Benefícios e do PGA é apurado mensalmente pelo regime contábil de competência, que estabelece a apuração de resultado nos períodos em que ocorrerem, independentemente do seu recebimento ou pagamento, exceto nos casos das contribuições dos autopatrocinados e pagamento de abono anual, vinculados a Planos de Benefícios do tipo Contribuição Definida (CD) e Contribuição Variável (CV), bem como, as contribuições recebidas por planos instituídos que são registrados pelo regime de caixa, conforme permissão regulamentar.

c. REGIME TRIBUTÁRIO

PIS e COFINS

Os impostos calculados às alíquotas de 0,65% para o PIS e 4% para a COFINS, são incidentes sobre as receitas administrativas registradas no PGA, condizente com disposto na Lei nº. 9.718, de 27 novembro de 1998, e alterações posteriores.

A partir da competência Julho/2018, a Entidade passou a depositar judicialmente e provisionar os referidos tributos, conforme Mandado de Segurança impetrado contra o Delegado da Delegacia Especial das Instituições Financeiras em São Paulo – DEINF e outros.

Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Conforme o disposto na Lei nº. 11.053, de 29 de dezembro de 2004, e Lei nº 10.426 de 24 de abril de 2002 as entidades fechadas de previdência complementar estão dispensadas de realizar a retenção na fonte e o pagamento em separado do Imposto de Renda (IR) sobre ganhos nas aplicações dos recursos dos planos de benefícios, bem como, são isentas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Estes posicionamentos constam ratificados no artigo 17 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.700, de 14 de março de 2017.

d. ATIVO REALIZÁVEL

- Gestão Previdencial: representa os recursos a receber de cada Plano de Benefícios, relativos às contribuições das patrocinadoras e participantes, observando-se o plano de custeio vigente e depósitos judiciais/recursais realizados relativos as contingências da Gestão Previdencial.
- Gestão Administrativa: registra as receitas e despesas inerentes às atividades administrativas da Entidade.
- Investimentos: as diretrizes de aplicações dos recursos garantidores dos Planos administrados estão em consonância com as respectivas Políticas de Investimentos dos Planos de Benefícios e do PGA, elaboradas conforme Resolução nº 4.994, do Conselho Monetário Nacional – CMN, de 24 de março de 2022. Os principais critérios de avaliação e de reconhecimento de receitas estão descritos a seguir.

Para precificação dos títulos e valores mobiliários, são utilizados os critérios definidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC TG 46 (R1), aprovada pela Resolução do CFC nº 1.428/2013, que estabelece na mensuração do valor justo:

- a) Para aumentar a consistência e a comparabilidade nas mensurações do valor justo e nas divulgações correspondentes, a NBC TG 46 estabelece uma hierarquia de valor justo que classifica em três níveis as informações aplicadas nas técnicas de avaliação utilizadas na mensuração do valor justo. A hierarquia de valor justo dá a mais alta prioridade a preços

cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos (informações de Nível 1) e a mais baixa prioridade a dados não observáveis (informações de Nível 3).

- b) Divulgação das técnicas de avaliação e informações utilizadas para desenvolver as mensurações das hierarquias de valor justo:
 - i. Informações de Nível 1: preços cotados, não ajustados, em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos acessíveis na data da mensuração.
 - ii. Informações de Nível 2: informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no nível 1.
 - iii. Informações de Nível 3: dados não observáveis para o ativo ou passivo.

❖ TÍTULOS PÚBLICOS, CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS

Registrados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma pro rata até a data de encerramento do exercício, sendo classificados na seguinte categoria:

- i. Títulos para negociação: adquiridos com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data da aquisição, ajustados pelo valor de mercado e seus efeitos reconhecidos no resultado do exercício;
- ii. Títulos mantidos até o vencimento: títulos com vencimentos superiores a 12 meses a contar da data de aquisição e que a Entidade tenha intenção e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, considerando a sua classificação de risco, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos.

❖ AÇÕES

As aplicações no mercado de ações são contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescido de despesas diretas de corretagem e outras taxas, ajustada ao valor de mercado, considerando a cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores.

As rendas provenientes de bonificações, dividendos e/ou juros sobre o capital próprio são reconhecidas contabilmente na data do recebimento.

❖ Fundos de Investimento

São contabilizados pelo valor efetivamente desembolsado nas aquisições de cotas e incluem, se for o caso, taxas e emolumentos. Os montantes relativos aos fundos de investimento

são representados pelo valor de suas cotas na data de encerramento do exercício.

❖ Investimentos em Imóveis

Estão registrados originalmente ao custo de aquisição ou construção, inclusos honorários, taxas, emolumentos, tributos e demais encargos incidentes sobre as operações.

Os imóveis são reavaliados, no mínimo anualmente, de acordo com o artigo 197º, inciso III, da Resolução da Previc nº 23, de 14 de agosto de 2023, sendo dispensada a contabilização mensal da depreciação.

Os ajustes provenientes, positivos ou negativos, são contabilizados nas contas específicas em contrapartida de Rendas/Variações Positivas ou Deduções/Variações Negativas.

Para determinação dos valores dos imóveis são observadas as normas técnicas nacionais da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e internacionais da Organização Internacional para Padronização (ISO).

❖ OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

Os empréstimos concedidos aos participantes, devidamente autorizadas pela Política de Investimentos e disciplinada por Regulamento específico de Empréstimos a Participantes, são apresentados pelos valores liberados, deduzidos das amortizações, acrescidos dos juros e atualizações monetárias e deduzidos, quando aplicável, de provisão para perdas.

Verificada a ocorrência de inadimplência e esgotado todos os meios legais de cobrança dos valores a receber, os saldos são absorvidos pelo Fundo de Inadimplência, constituído por taxa cobrada dos empréstimos.

e. PARÂMETROS DE PROVISÕES PARA PERDAS

A Entidade constituiu provisão para perdas na realização de créditos considerados como liquidação incerta, de acordo com o disposto na Seção IV, artigo 199 da Resolução da Previc nº 23, de 14 de agosto de 2023.

São adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos para formação da provisão, sendo que, para as provisões sobre contribuições em atraso, previstas em plano de custeio anual, são consideradas apenas as parcelas vencidas:

- i. provisão de 1% para atraso entre 31 e 60 dias;
- ii. provisão de 5% para atraso entre 61 e 90 dias;
- iii. provisão de 10% para atraso entre 91 e 120 dias;
- iv. provisão de 25% para atraso entre 121 e 180 dias;

- v. provisão de 50% para atraso entre 181 e 240 dias;
- vi. provisão de 75% para atraso entre 241 e 360 dias e
- vii. provisão de 100% para atraso superior a 361 dias.

A Entidade realiza a baixa contábil da provisão para perdas na realização de créditos considerados como liquidação incerta, de acordo com o disposto na Seção IV, artigo 203 da Resolução da Previc nº 23, de 14 de agosto de 2023, nas condições:

- i. quando a recuperação do seu valor for improvável; ou
- ii. quando decorrido o prazo de trezentos e sessenta dias previsto no inciso VII. do artigo 199.

f. ATIVO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos, classificados como imobilizados, e incorpóreos, classificados no intangível.

Os bens corpóreos são registrados ao valor de custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada.

Os direitos adquiridos relacionados ao apoio às atividades da BRF Previdência, classificados no ativo intangível, são contabilizados ao valor de custo deduzido da amortização acumulada, calculada pelo método linear durante a vida útil estimada a partir da data da sua disponibilidade para uso.

Os ativos imobilizados e intangíveis são registrados no PGA e as taxas anuais utilizadas para depreciação e amortização dos bens são as demonstradas a seguir:

Bens	Depreciação/Amortização
Computadores e periféricos	20%
Máquinas e equipamentos	10%
Móveis e utensílios	10%
Intangível	20%

g. EXIGÍVEL OPERACIONAL

Representados por valores conhecidos ou calculáveis, registra as obrigações com terceiros provenientes de compromissos com os participantes, prestação de serviços por terceiros, impostos, operações financeiras e provisões de folha de pagamento e respectivos encargos.

h. ATIVOS E PROVISÕES CONTINGENTES

Para a avaliação dos ativos e passivos contingentes, a BRF Previdência utiliza a NBC TG 25 (R2), conforme definições a seguir:

- Ativos contingentes: é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da Entidade. O ativo contingente é divulgado em nota explicativa apenas quando for provável a entrada de benefícios econômicos. Quando a realização do ganho é praticamente certa o ativo não é mais considerado contingente e o seu reconhecimento é adequado.
- Provisões contingentes: decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal das atividades, movidas por terceiros, em ações trabalhistas, cíveis ou fiscais. Essas contingências são avaliadas por assessores jurídicos, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como:
 - ❖ Prováveis: para as quais são constituídas provisões;
 - ❖ Possíveis: divulgadas sem que sejam provisionadas; e
 - ❖ Remotas: que não requerem provisões e divulgação em notas explicativas.

O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

As provisões contingentes estão descritas na Nota explicativa 12.

i. PATRIMÔNIO SOCIAL

Refere-se aos recursos acumulados para fazer frente às obrigações do Plano, composto conforme segue:

- Provisões matemáticas: para os Planos na modalidade Benefício Definido (BD) e para parcela de benefício definido dos Planos de Contribuição Variável (CV), são apuradas com base em cálculos atuariais aderentes ao regulamento de cada Plano, realizados pelos atuários externos. Essas provisões representam os compromissos com os participantes acumulados no encerramento do exercício, relativos aos benefícios concedidos e a conceder ajustados a valor presente.

Para os Planos na modalidade de Contribuição Definida (CD), e para a parcela de contribuição definida dos Planos na modalidade de Contribuição Variável (CV), as provisões matemáticas são apuradas com base nas reservas formadas pelos participantes e patrocinadoras, acrescidas da variação patrimonial.

- Equilíbrio técnico: apurado pela diferença entre o ativo líquido, as provisões matemáticas e fundos previdenciais, utilizando as condições e os procedimentos determinados para apuração e destinação de resultado, quando aplicável, pela Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018.
- Fundos: são registrados recursos destinados a um propósito específico, conforme segue:
 - ❖ Previdenciais: fundos criados conforme Nota Técnica Atuarial de cada Plano e com destinação específica;
 - ❖ Administrativo: tem como finalidade cobrir as despesas administrativas para suportar a gestão da Entidade; e
 - ❖ Investimentos: fundos constituídos para quitação de empréstimo por inadimplência ou morte.

j. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A elaboração das Demonstrações Contábeis, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos.

Os principais itens de Balanço sujeitos a essas estimativas e premissas são:

- Ajustes a valores de mercado dos ativos classificados em títulos para negociação: conforme manual de precificação do agente custodiante.
- Investimentos em imóveis: reavaliados anualmente, por consultoria contratada conforme legislação em vigor.
- Contingências: as probabilidades de perdas e respectivos valores econômicos são indicados pelos consultores jurídicos.
- Provisões matemáticas: calculadas atuarialmente por atuário responsável pelos Planos.
- Provisão para perda: resultado de percentuais aplicados sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos, conforme regulamentação específica, para formação da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A liquidação das transações envolvendo as estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas Demonstrações Contábeis, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

k. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)

O Plano de Gestão Administrativa – PGA registra as atividades referentes à gestão administrativa da Entidade e possui patrimônio próprio segregado dos Planos de Benefícios previdenciais com regulamento específico aprovado pelo Conselho Deliberativo.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas administrativas previdenciais, de investimento e diretas, conforme plano de custeio vigente, resultado positivo ou negativo dos investimentos do PGA, deduzidas das despesas comuns e específicas, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

O saldo do Fundo Administrativo é segregado por Plano de Benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores e participantes dos Planos.

O Fundo Administrativo Compartilhado, mediante aprovação do Conselho Deliberativo, é destinado para cobertura dos gastos com prospecção, elaboração, implantação e fomento de novos planos de benefícios de previdência complementar.

O saldo do Fundo Administrativo Compartilhado não é segregado por plano de benefícios.

As receitas e despesas são apuradas conforme os seguintes critérios:

- Receitas: as receitas administrativas da Entidade são debitadas aos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.
- Despesas específicas: gastos atribuídos diretamente ao Plano de Benefícios que as originou.
- Despesas comuns: gastos atribuídos ao conjunto de Planos de Benefícios, sendo que o percentual de rateio entre os Planos é definido na ocasião da aprovação do orçamento anual que considera a origem de cada despesa.

As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA em conformidade com a Resolução do CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021 e são definidas no plano de custeio anual aprovado pelo Conselho Deliberativo.

O custeio administrativo previdencial é calculado considerando o percentual aprovado pelo Conselho Deliberativo aplicado sobre o salário de participação ou valor do benefício, além, dos montantes deduzidos das rentabilidades dos Planos.

I. AJUSTES E ELIMINAÇÕES

As contas passíveis de ajustes e eliminações são, “Migração entre Planos”, “Compensação de Fluxos Previdenciais”, “Participação no Plano de Gestão Administrativa” e “Participação no Fundo Administrativo PGA”.

Os ajustes e eliminações necessários à consolidação das Demonstrações Contábeis e balancetes foram realizados de acordo com a Capítulo V, Seção VI art. 188 Resolução da Previc nº 23, de 14 de agosto de 2023 e descritas na Nota explicativa 17.

4. DISPONÍVEL

Registra as disponibilidades existentes em contas bancárias, conforme demonstrados a seguir:

Descrição	Consolidado		Plano FAF		Plano II		Plano III		Plano Família		PGA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Bancos conta movimento	356	348	8	3	23	10	5	14	1	-	319	321
Banco Bradesco S.A.	318	308	-	-	-	-	-	-	-	-	318	308
Itaú Unibanco S.A.	38	39	8	3	23	10	5	14	1	-	1	12
Banco do Brasil S.A.	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Total Disponível	356	348	8	3	23	10	5	14	1	-	319	321

5. REALIZÁVEL – GESTÃO PREVIDENCIAL

Registra os saldos a receber das patrocinadoras e dos participantes relativos às contribuições mensais, bem como, outros valores a receber decorrentes da gestão previdencial.

	Consolidado		Plano FAF		Plano II		Plano III		Plano Família		Eliminações ⁽⁵⁾	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Gestão Previdencial												
Recursos a receber	5.338	5.308	1	3	748	873	4.589	4.432	-	-	-	-
Contribuições Patrocinadoras	2.491	2.410	-	-	334	327	2.157	2.083	-	-	-	-
Contribuições Participantes	2.846	2.751	-	-	414	402	2.432	2.349	-	-	-	-
Operações Contratadas ⁽¹⁾	-	144	-	-	-	144	-	-	-	-	-	-
Outros recursos a receber	1	3	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos⁽²⁾	327	327	-	-	327	327	-	-	-	-	-	-
Depósitos judiciais/recursais⁽³⁾	19	19	-	-	19	19	-	-	-	-	-	-
Outros realizáveis⁽⁴⁾	141	11	-	-	190	8	366	47	-	-	(415)	(44)
Total	5.825	5.665	1	3	1.284	1.227	4.955	4.479	-	-	(415)	(44)

(1) Refere-se a provisão do déficit técnico contratado junto a Patrocinadora. Os valores contratados, foram liquidados, com contribuição da patrocinadora revertidas do fundo previdencial em janeiro/2023.

(2) Refere-se a bloqueio judicial cuja a ação está em discussão, aguardando resultado da perícia atuarial.

(3) Refere-se a 1 (uma) ação do Plano II em 2023 e 2022 no valor de R\$ 19.

(4) Valor referente rentabilidade a apropriar no valor de R\$ 2 e Compensação entre planos no valor de R\$ 139, totalizando R\$ 141.

(5) Refere-se aos efeitos da consolidação divulgados na Nota explicativa 17.

6. REALIZÁVEL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

Registra os valores a receber decorrentes de operações da Gestão Administrativa.

Gestão Administrativa	Consolidado (PGA)		Plano de Gestão Administrativa (PGA)		Eliminações ⁽⁵⁾	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Recursos a receber	820	655	820	655	-	-
Contribuições para Custeio no Mês	616	570	616	570	-	-
Contribuições para Custeio em Atraso ⁽¹⁾	37	40	37	40	-	-
Responsabilidade de Empregados	67	34	67	34	-	-
Responsabilidades de Terceiros	100	11	100	11	-	-
Despesas Antecipadas	26	1	26	1	-	-
Depósitos Judiciais/Recursais⁽²⁾	4.023	3.022	4.023	3.022	-	-
Custeio Administrativo dos Investimentos⁽³⁾	-	-	920	463	(920)	(463)
Outros realizáveis⁽⁴⁾	15	-	184	260	(169)	(260)
Total	4.884	3.678	5.973	4.401	(1.089)	(723)

⁽¹⁾ Contribuições administrativas de autopatrocinados do Plano FAF, registradas conforme regime de competência, em atraso.

⁽²⁾ Depósitos Judiciais referente PIS e COFINS conforme processo 5017024-37.2018.4.03.6100, 14ª Vara Cível Federal de São Paulo, a partir do período de apuração julho de 2018.

⁽³⁾ Valores a receber dos planos de benefícios, no mês subsequente, para cobertura das despesas administrativas, conforme plano de custeio aprovado.

⁽⁴⁾ Valores a receber dos planos de benefícios, referente compensação entre planos.

⁽⁵⁾ Refere-se aos efeitos da consolidação divulgados na Nota explicativa 17

7. REALIZÁVEL – INVESTIMENTOS

Anualmente a Entidade define por meio das Políticas de Investimentos as orientações de aplicações dos recursos garantidores das provisões matemáticas e fundos, conforme determina a Resolução CMN 4.994, de 24 de março de 2022.

A administração dos investimentos é exercida pela própria BRF Previdência, observando o que dispõe as Políticas de Investimentos devidamente aprovadas pelo Conselho Deliberativo, sendo que é utilizada a segregação real dos ativos entre os Planos de Benefícios.

A BRF Previdência mantém contrato com o Banco Itaú Unibanco S.A., pessoa jurídica credenciada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), para atuar como agente custodiante e como responsável pelo fluxo de pagamentos e recebimentos, no tocante às operações de renda fixa, investimentos estruturados e de renda variável.

O método e as fontes de referência adotados para apreçamento dos ativos pela Entidade são os mesmos estabelecidos pelo custodiante e estão disponíveis no Manual de Apreçamento do Custodiante, disponível em seu site.

Em atendimento à Resolução CMN 4.994, de 24 de março de 2022, artigo 16, os ativos financeiros devem ser admitidos à negociação em mercado organizado, informados em sistema de registro, de custódia ou de liquidação financeira ou depositados perante depositário central, observada a regulamentação do Banco Central do Brasil ou da Comissão de Valores Mobiliários, nas suas respectivas áreas de competência. Desta forma, os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), os títulos privados, as cotas de fundos de investimento e as ações na Brasil Bolsa Balcão (B3).

7.1. DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO CONSOLIDADA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

Investimentos	Em 31/12/2023					
	Consolidado	Plano FAF	Plano II	Plano III	Plano Família	PGA
Títulos Públicos	2.129.510	1.805.253	176.092	139.090	-	9.075
Títulos Públicos Federais	2.129.510	1.805.253	176.092	139.090	-	9.075
Ativos Financeiros de Crédito Privado	67.153	58.389	3.869	4.895	-	-
Debêntures	67.153	58.389	3.869	4.895	-	-
Ações	99.026	84.553	8.205	6.268	-	-
Patrocinador(es)	99.026	84.553	8.205	6.268	-	-
Fundos de Investimento	1.986.752	1.496.963	190.056	288.635	2.530	8.568
Renda Fixa	994.971	766.598	70.711	148.504	2.014	7.144
Ações	394.210	333.938	25.005	35.227	40	-
Índice Referenciado em Ações (ETF)	105.099	74.236	18.523	12.047	16	277
Participações	54.463	45.150	5.520	3.793	-	-
Multimercado Estruturado	260.291	171.716	38.461	49.159	277	678
Imobiliário	18.034	14.910	1.454	1.660	10	-
Exterior	159.684	90.415	30.382	38.245	173	469
Investimentos em Imóveis	323.184	323.184	-	-	-	-
Aluguéis e Renda	323.184	323.184	-	-	-	-
Operações com Participantes	37.265	19.405	5.069	12.791	-	-
Empréstimos a Participantes	37.265	19.405	5.069	12.791	-	-
Total	4.642.890	3.787.747	383.291	451.679	2.530	17.643

Investimentos	Em 31/12/2022					
	Consolidado	Plano FAF	Plano II	Plano III	Plano Família	PGA
Títulos Públicos	1.935.518	1.644.565	168.416	114.524	-	8.013
Títulos Públicos Federais	1.935.518	1.644.565	168.416	114.524	-	8.013
Ativos Financeiros de Crédito Privado	65.620	57.056	3.781	4.783	-	-
Debêntures	65.620	57.056	3.781	4.783	-	-
Renda Variável	59.373	50.695	4.920	3.758	-	-
Ações Patrocinador(es)	59.373	50.695	4.920	3.758	-	-
Fundos de Investimento	1.879.938	1.454.286	184.949	234.282	1.671	4.750
Renda Fixa	911.789	673.034	88.939	144.698	1.590	3.528
Índice Referência Renda Fixa (ETF)	9	-	-	9	-	-
Ações	348.697	292.623	26.105	29.955	14	-
Índice Referenciado em Ações (ETF)	85.400	60.322	15.052	9.789	13	224
Participações	63.413	56.288	4.236	2.889	-	-
Multimercado Estruturado	369.715	301.416	35.104	32.194	23	978
Imobiliário	6.598	6.598	-	-	-	-
Exterior	94.317	64.005	15.513	14.748	31	20
Investimentos em Imóveis	301.883	301.883	-	-	-	-
Aluguéis e Renda	301.883	301.883	-	-	-	-
Operações com Participantes	33.503	19.612	3.741	10.150	-	-
Empréstimos a Participantes	33.503	19.612	3.741	10.150	-	-
Total	4.275.835	3.528.097	365.807	367.497	1.671	12.763

7.2. COMPOSIÇÃO POR PRAZO DE VENCIMENTO E NATUREZA

7.2.1. TÍTULOS PÚBLICOS E CRÉDITOS PRIVADOS

Os títulos e valores mobiliários foram classificados como “títulos mantidos até o vencimento” e “para negociação”.

A BRF Previdência, para a manutenção dos títulos classificados como mantidos até o vencimento, possui avaliações que evidenciam a capacidade de atendimento das necessidades de liquidez em função dos direitos dos participantes, das obrigações do perfil do exigível atuarial dos Planos de Benefícios, conforme determina Resolução do CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021, atestando assim que os planos possuem capacidade financeira e intenção de mantê-los até o vencimento.

Os títulos classificados “para negociação” e “mantidos até o vencimento”, são detalhados a seguir por tipo e prazo:

- **Plano FAF**

	31/12/2023							
Vencimento	Até 1 ano	De 1 a 5 Anos	De 5 a 10 Anos	De 10 a 15 Anos	De 15 a 20 Anos	Acima 20 Anos ⁽¹⁾	Total Custo Contábil	Valor de Mercado
Títulos Mantidos até o Vencimento								
Títulos Públicos Federais	-	-	-	101.270	256.469	818.075	1.175.814	1.246.922
Notas do Tesouro Nacional-B				101.270	256.469	818.075	1.175.814	1.246.922
Negociação - Marcado a Mercado								
Títulos Públicos Federais	17.744	165.215	221.390	22.249	34.672	214.235	675.505	675.505
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	17.459	120.513	220.312	22.249	34.672	214.235	629.440	629.440
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	23.052	-	-	-	-	23.052	23.052
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	285	21.650	1.078	-	-	-	23.013	23.013
Total ⁽³⁾	17.744	165.215	221.390	123.519	291.141	1.032.310	1.851.319	1.922.427
Ativos Financeiros de Crédito Privado								
Letras Financeiras (LF)	767	22.184	25.046	-	-	12.702	60.699	60.699
Nota Comercial	-	463	992	-	-	-	1.455	1.455
Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI)	1.033	2.444	25.061	4.881	-	-	33.419	33.419
Certificados de Recebíveis Agrícolas (CRA)	-	1.394	-	-	-	-	1.394	1.394
Debêntures ⁽²⁾	10.205	160.098	131.461	39.137	4.606	1.676	347.183	347.183
Total ⁽³⁾	12.005	186.583	182.560	44.018	4.606	14.378	444.150	444.150
Total Geral	29.749	351.798	403.950	167.537	295.747	1.046.688	2.295.469	2.366.577

(1) Vencimento até 2060.

(2) Emissor com maior representatividade Debêntures: BRF S.A.

(3) Os totais de Custo Contábil dos Títulos Públicos Federais e Ativos Financeiros de Crédito Privado em carteira própria contemplam R\$ 1.805.253 e R\$ 58.389, respectivamente, inclusos os fundos exclusivos no valor de R\$ 431.827, totalizando R\$ 2.295.469.

	31/12/2022							
Vencimento	Até 1 ano	De 1 a 5 Anos	De 5 a 10 Anos	De 10 a 15 Anos	De 15 a 20 Anos	Acima 20 Anos ⁽¹⁾	Total Custo Contábil	Valor de Mercado
Títulos Mantidos até o Vencimento								
Títulos Públicos Federais	-	-	-	96.528	244.846	647.371	988.745	954.873
Notas do Tesouro Nacional-B	-	-	-	96.528	244.846	647.371	988.745	954.873
Negociação - Marcado a Mercado								
Títulos Públicos Federais	49.326	170.648	212.303	19.992	30.572	185.117	667.957	667.957
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	49.326	163.465	211.880	19.992	30.572	185.117	660.352	660.352
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	4.630	-	-	-	-	4.630	4.630
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	2.552	423	-	-	-	2.976	2.976
Total ⁽³⁾	49.326	170.648	212.303	116.520	275.417	832.488	1.656.702	1.622.830
Ativos Financeiros de Crédito Privado								
Letras Financeiras (LF)	248	4.416	35.103	5.976	-	-	45.743	45.743
Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	-	2.723	-	-	-	-	2.723	2.723
Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE)	3.253	-	-	-	-	-	3.253	3.253
Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI)	14.663	196.840	173.838	40.162	8.490	-	433.993	433.993
Certificados de Recebíveis Agrícolas (CRA)	-	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures ⁽²⁾	4.503	35.547	18.697	-	-	13.576	72.323	72.323
Nota Comercial	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	1.336	467	-	-	-	1.803	1.803
Total ⁽³⁾	22.668	240.861	228.106	46.138	8.490	13.576	559.838	559.838

(1) Vencimentos até 2060.

(2) Emissor com maior representatividade Debêntures: BRF S.A.

(3) Os totais de Custo Contábil dos Títulos Públicos Federais e Ativos Financeiros de Crédito Privado em carteira própria contemplam R\$ 1.644.565 e R\$ 57.056, respectivamente, inclusos nos fundos exclusivos, totalizando R\$ 514.919

• Plano de Benefícios II

Vencimento	31/12/2023					Acima 20 Anos ⁽¹⁾	Total Custo Contábil	Valor de Mercado
	Até 1 ano	De 1 a 5 Anos	De 5 a 10 Anos	De 10 a 15 Anos	De 15 a 20 Anos			
Títulos mantidos até vencimento								
Títulos Públicos Federais	-	-	1.195	-	2.247	9.480	12.922	13.648
Notas do Tesouro Nacional-B	-	-	1.195	-	2.247	9.480	12.922	13.648
Negociação - Marcado a Mercado								
Títulos Públicos Federais	1.703	17.706	10.770	18.178	27.555	89.700	165.612	165.612
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	1.703	15.345	10.689	18.178	27.555	89.700	163.170	163.170
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	2.316	-	-	-	-	2.316	2.316
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	45	81	-	-	-	126	126
Total ⁽³⁾	1.703	17.706	11.965	18.178	29.802	99.180	178.534	179.260
Ativos Financeiros de Crédito Privado	848	12.479	13.826	3.228	222	1.397	32.000	32.000
Letras Financeiras (LF)	58	910	2.291	-	-	1.397	4.656	4.656
Nota Comercial	-	35	75	-	-	-	110	110
Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI)	70	338	1.657	545	-	-	2.610	2.610
Certificados de Recebíveis Agrícolas (CRA)	-	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures ⁽²⁾	720	11.196	9.803	2.683	222	-	24.624	24.624
Total ⁽³⁾	848	12.479	13.826	3.228	222	1.397	32.000	32.000
Total Geral	2.551	30.185	25.791	21.406	30.024	100.577	210.534	211.260

(1) Vencimento até 2055

(2) Emissor com maior representatividade Debêntures: BRF S.A.

(3) Os totais de Custo Contábil dos Títulos Públicos Federais e Ativos Financeiros de Crédito Privado em carteira própria contemplam R\$ 176.092 e R\$ 3.869, respectivamente, inclusos os fundos exclusivos no valor de R\$ 30.573, totalizando R\$ 210.534.

	31/12/2022					Acima 20 Anos ⁽¹⁾	Total Custo Contábil	Valor de Mercado
Vencimento	Até 1 ano	De 1 a 5 Anos	De 5 a 10 Anos	De 10 a 15 Anos	De 15 a 20 Anos			
Títulos Mantidos até o Vencimento								
Títulos Públicos Federais	-	-	1.140	-	2.144	9.051	12.335	11.993
Notas do Tesouro Nacional-B	-	-	1.140	-	2.144	9.051	12.335	11.993
Negociação - Marcado a Mercado								
Títulos Públicos Federais								
	12.080	16.194	11.421	16.334	24.296	77.676	158.001	158.001
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	12.080	15.245	11.389	16.334	24.296	77.676	157.020	157.020
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	434	-	-	-	-	434	434
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	515	32	-	-	-	547	547
Total ⁽³⁾	12.080	16.194	11.421	16.334	26.441	86.727	170.336	169.994
Ativos Financeiros de Crédito Privado								
	810	17.591	19.218	4.502	527	627	43.275	43.275
Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI)	14	430	2.492	701	-	-	3.638	3.638
Certificados de Recebíveis Agrícolas (CRA)	-	281	-	-	-	-	281	281
Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	246	-	-	-	-	-	246	246
Debêntures ⁽²⁾	481	13.664	14.864	3.801	527	-	33.337	33.337
DPGE	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras (LF)	69	3.114	1.826	-	-	627	5.636	5.636
Letras Hipotecárias (LH)	-	-	-	-	-	-	-	-
Nota Comercial	-	101	35	-	-	-	136	136
Total ⁽³⁾	810	17.591	19.218	4.502	527	627	43.275	43.275

(1) Vencimento até 2060

(2) Emissor com maior representatividade Debêntures: BRF S.A.

(3) Os totais de Custo Contábil dos Títulos Públicos Federais e Ativos Financeiros de Crédito Privado em carteira própria contemplam R\$ 168.416 e R\$ 3.781, respectivamente, inclusos nos fundos exclusivos, totalizando R\$ 41.414

• Plano de Benefícios III

	31/12/2023							
Vencimento	Até 1 ano	De 1 a 5 Anos	De 5 a 10 Anos	De 10 a 15 Anos	De 15 a 20 Anos	Acima 20 Anos ⁽¹⁾	Total Custo Contábil	Valor de Mercado
Negociação - Marcado a Mercado								
Títulos Públicos Federais	-	13.103	10.846	13.617	13.139	91.061	141.766	141.766
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	10.536	10.737	13.617	13.139	91.061	139.090	139.090
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	2.519	-	-	-	-	2.519	2.519
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	48	109	-	-	-	157	157
Total ⁽³⁾	-	13.103	10.846	13.617	13.139	91.061	141.766	141.766
Ativos Financeiros de Crédito Privado								
Letras Financeiras (LF)	819	13.051	14.838	3.428	297	1.367	33.800	33.800
Letras Financeiras (LF)	78	874	2.609	-	-	1.367	4.928	4.928
Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	-	-	-	-	-	-	-	-
Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE)	-	-	-	-	-	-	-	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI)	77	276	1.629	527	-	-	2.509	2.509
Certificados de Recebíveis Agrícolas (CRA)	-	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures ⁽²⁾	664	11.854	10.500	2.901	297	-	26.216	26.216
Nota Comercial	-	47	100	-	-	-	147	147
Total ⁽³⁾	819	13.051	14.838	3.428	297	1.367	33.800	33.800
Total Geral	819	26.154	25.684	17.045	13.436	92.428	175.566	175.566

(1) Vencimento até 2055

(2) Emissor com maior representatividade Debêntures: BRF S.A.

(3) Os totais de Custo Contábil dos Títulos Públicos Federais e Ativos Financeiros de Crédito Privado em carteira própria contemplam R\$ 139.090 e R\$ 4.895, respectivamente, inclusos os fundos exclusivos no valor de R\$ 31.581, totalizando R\$ 175.566.

	31/12/2022							
	Até	De 1 a 5	De 5 a 10	De 10 a 15	De 15 a 20	Acima	Total	Valor de
Vencimento	1 ano	Anos	Anos	Anos	Anos	20 Anos ⁽¹⁾	Custo Contábil	Mercado
Negociação - Marcado a Mercado								
Títulos Públicos Federais	4.027	11.180	1.534	8.837	11.585	78.741	115.903	115.903
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	4.027	10.315	1.491	8.837	11.585	78.741	114.995	114.995
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	265	43	-	-	-	308	308
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	600	-	-	-	-	600	600
Total ⁽³⁾	4.027	11.180	1.534	8.837	11.585	78.741	115.903	115.903
Ativos Financeiros de Crédito Privado								
Letras Financeiras (LF)	93	1.821	1.396	-	-	562	3.872	3.872
Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	329	-	-	-	-	-	329	329
Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE)	-	-	-	-	-	-	-	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI)	7	337	1.517	481	-	-	2.342	2.342
Certificados de Recebíveis Agrícolas (CRA)	-	141	-	-	-	-	141	141
Debêntures (2)	376	10.894	11.384	2.995	705	-	26.355	26.355
Nota Comercial	-	135	47	-	-	-	183	183
Total ⁽³⁾	805	13.328	14.344	3.477	705	562	33.221	33.221

(1) Vencimento até 2060

(2) Emissor com maior representatividade Debêntures: BRF S.A.

(3) Os totais de Custo Contábil dos Títulos Públicos Federais e Ativos Financeiros de Crédito Privado em carteira própria contemplam R\$ 114.524 e R\$ 4.783, respectivamente, inclusos nos fundos exclusivos, totalizando R\$ 29.817.

• Plano de Gestão Administrativo - PGA

	31/12/2023							
	Até	de 1 a 5	5 a 10	De 10 a 15	De 15 a 20	Acima	Total	Valor de
Vencimento	1 ano	Anos	Anos	Anos	Anos	20 Anos ⁽¹⁾	Custo Contábil	Mercado
Negociação - Mercado a Mercado								
Títulos Públicos Federais	-	7.649	4	-	137	1.371	9.161	9.161
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	435	-	-	137	1.371	1.943	1.943
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	7.212	-	-	-	-	7.212	7.212
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	2	4	-	-	-	6	6
Total	-	7.649	4	-	137	1.371	9.161	9.161
Ativos Financeiros de Crédito Privado								
Letras Financeiras (LF)	3	27	95	-	-	43	168	168
Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI)	3	7	52	17	-	-	79	79
Certificados de Recebíveis Agrícolas (CRA)	-	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures ⁽²⁾	20	214	364	101	12	-	711	711
Nota Comercial	-	2	4	-	-	-	6	6
Total	26	250	515	118	12	43	964	964
Total Geral	26	7.899	519	118	149	1.414	10.125	10.125

(1) Vencimento até 2055

(2) Emissor com maior representatividade Debêntures: BRF S.A.

(3) Os totais de Custo Contábil dos Títulos Públicos Federais em carteira própria contemplam R\$ 9.075 inclusive os fundos exclusivos no valor de R\$ 1.050, totalizando R\$ 10.125.

Vencimento	31/12/2022						Total Custo Contábil	Valor de Mercado
	Até 1 ano	de 1 a 5 Anos	5 a 10 Anos	De 10 a 15 Anos	De 15 a 20 Anos	Acima 20 Anos ⁽¹⁾		
Negociação - Marcado a Mercado								
Títulos Públicos Federais	-	6.723	2	-	121	1.185	8.030	8.030
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	408	-	-	121	1.185	1.714	1.714
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	6.313	-	-	-	-	6.313	6.313
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	2	2	-	-	-	3	3
Total ⁽³⁾	-	6.723	2	-	121	1.185	8.030	8.030
Ativos Financeiros de Crédito Privado								
	27	135	341	87	29	17	635	635
Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI)	0	9	23	10	-	-	41	41
Certificados de Recebíveis Agrícolas (CRA)	-	1	-	-	-	-	1	1
Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	13	-	-	-	-	-	13	13
Debêntures ⁽²⁾	10	96	281	77	29	-	493	493
DPGE	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras (LF)	4	24	34	-	-	17	79	79
Letras Hipotecárias (LH)	-	-	-	-	-	-	-	-
Nota Comercial	-	6	2	-	-	-	7	7
Total ⁽³⁾	27	135	341	87	29	17	635	635

(1) Vencimento até 2060

(2) Emissor com maior representatividade Debêntures: BRF S.A.

(3) Os totais de Custo Contábil dos Títulos Públicos Federais que contemplam R\$ 8.013, inclusive nos fundos exclusivos, totalizando R\$ 652.

• Plano Família

Vencimento	31/12/2023						Total Custo Contábil	Valor de Mercado
	Até 1 ano	de 1 a 5 Anos	5 a 10 Anos	De 10 a 15 Anos	De 15 a 20 Anos	Acima 20 Anos		
Negociação - Mercado a Mercado								
Títulos Públicos Federais	-	5	-	-	-	-	5	0
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	5	-	-	-	-	5	0
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	-	-	-	-	-	-	-
Total ⁽¹⁾	-	0	-	-	-	-	5	0
Ativos Financeiros de Crédito Privado	1	9	28	7	1	2	47	47
Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI)	0	-	2	1	-	-	3	3
Certificados de Recebíveis Agrícolas (CRA)	-	-	-	-	-	-	-	-
Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	-	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures	1	8	20	6	1	-	35	35
DPGE	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras (LF)	0	1	6	-	-	2	9	9
Letras Hipotecárias (LH)	-	-	-	-	-	-	-	-
Nota Comercial	-	0	0	-	-	-	0	0
Total ⁽¹⁾	1	9	28	7	1	2	47	47
Total ⁽¹⁾	1	9	28	0	1	2	52	47

(1) Os totais de Custo Contábil dos Títulos Públicos Federais e Ativos Financeiros de Crédito Privado em fundos exclusivos contemplam R\$ 52.

	31/12/2022							
Vencimento	Até 1 ano	de 1 a 5 Anos	5 a 10 Anos	De 10 a 15 Anos	De 15 a 20 Anos	Acima 20 Anos	Total Custo Contábil	Valor de Mercado
Negociação - Mercado a Mercado								
Títulos Públicos Federais	-	1	0	-	-	-	1	1
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	1	-	-	-	-	1	1
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	0	0	-	-	-	0	0
Total ⁽¹⁾	-	1	0	-	-	-	1	1
Ativos Financeiros de Crédito Privado	1	6	17	4	2	1	32	32
Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	0	1	0	-	-	2	2
Certificados de Recebíveis Agrícolas (CRA)	-	-	-	-	-	-	-	-
Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	1	-	-	-	-	-	1	1
Debêntures	0	4	15	4	2	-	25	25
DPGE	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras (LF)	0	1	2	-	-	1	4	4
Letras Hipotecárias (LH)	-	-	-	-	-	-	-	-
Nota Comercial	-	0	0	-	-	-	0	0
Total ⁽¹⁾	1	6	17	4	2	1	32	32

(1) Os totais de Custo Contábil dos Títulos Públicos Federais e Ativos Financeiros de Crédito Privado em fundos exclusivos contemplam R\$ 33.

7.2.2. RENDA VARIÁVEL

Conforme previsto nas Políticas de Investimentos, os Planos investem em ações, diretamente e via fundos de investimento, sendo que em 2023 e 2022 a totalidade dos investimentos diretos neste segmento deu-se em ações da patrocinadora BRF S.A, não ultrapassando o limite de 10% sobre os Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios, definidos nas Políticas de Investimentos em conformidade com o disposto na Resolução CMN 4.994, de 24 de março de 2022.

	Consolidado		Plano FAF		Plano II		Plano III		Plano Família	
Participantes	31.12.23	31.12.22	31.12.23	31.12.22	31.12.23	31.12.22	31.12.23	31.12.22	31.12.23	31.12.22
Ações da Patrocinadora	99.026	59.373	84.553	50.695	8.205	4.920	6.268	3.758	-	-
% Recursos Garantidores	2,13	1,39	2,23	1,44	2,14	1,34	1,39	1,02	-	-

7.2.3. FUNDOS DE INVESTIMENTO

		Vencimento	31/12/2023	31/12/2022
Fundos de Investimento			1.986.752	1.879.938
Renda Fixa			994.971	911.789
BV Alocação IMAB 5+ Renda Fixa Fundo de Investimento	Sem Venc to		24.656	70.770
Bradesco FIRFCP Brfprev	Sem Venc to		205.425	175.924
Safr a SOBE REG II RF	Sem Venc to		61.074	47.011
BRF Prev. Institucional FIRFCP	Sem Venc to		194.232	275.982
BR2 FIRFCP	Sem Venc to		187.885	240.201
Itaú Institucional Ref. DI	Sem Venc to		261.421	101.901
CLIE BRF II FIDC SEM	31/12/2027		60.278	-
Índice Referência Renda Fixa Título Público (ETF)			-	9
IT Now ID ETF IMA-B Fundo de Índice - IMAB11	Sem Venc to		-	9
Ações			394.210	348.697
Bradesco FIA Salubre ⁽¹⁾	Sem Venc to		156.095	132.794
Velt BRFPrev FICFIA ⁽²⁾	Sem Venc to		56.792	74.809
Bogari Valu BR FICFIA	Sem Venc to		-	41.083
Vinci Selecti EQ FIA	Sem Venc to		90.027	49.522
RPI Acoes IBOV ATIVO	Sem Venc to		91.296	50.489
Índice Referenciado em Ações (ETF)			105.099	85.400
Ishares BOVA CI - BOVA11	Sem Venc to		105.099	85.400
Participações			54.463	63.413
Pátria Brasil Infraestrutura III FICFIP	14/03/2027		6.346	23.250
BTG Pactual Infraestrutura II FICFIP	19/08/2024		282	485
Fundo Brasil Internacionalização de Empresas FIP II	12/06/2024		10.414	9.965
Kinea PVT EQT IV FIP	29/06/2029		11.245	11.049
FIP Multiestratégia Kinea Private Equity II	27/04/2028		2.015	2.012
Pátria Special Opportunities I FICFIP	31/12/2023		-	61
Pátria Real Estate II Private FICFIP ⁽⁴⁾	31/12/2023		738	1.359
Hamilton Lane II	01/03/2028		9.288	8.686
Lacan FL III FCLA	11/03/2030		14.135	6.546
Multimercado Estruturado			260.291	369.715
Itaú Hedge Plus Multimercado FICFI	Sem Venc to		-	93.454
SPX Nimitz Estruturado FICFIM	Sem Venc to		45.796	71.670
Nav i Long Biased FIC FIM	Sem Venc to		67.776	58.326
Kinea Atlas FIM	Sem Venc to		30.253	39.858
Vinland Macro FICFIM	Sem Venc to		35.822	31.319
Visia Zarathustra II FICFIM	Sem Venc to		25.616	56.890
Moot Capital Equity Hedge FICFIM	Sem Venc to		25.009	18.198
Ibiuna Hedge ST FP F	Sem Venc to		9.249	-
Constancia ABS FIM	Sem Venc to		11.539	-
Gave a Macro FIC FIM	Sem Venc to		9.231	-
Imobiliário			18.034	6.598
Rio Bravo Renda Varejo FII ⁽³⁾	Sem Venc to		8.125	6.598
Kinea Cred Agro Imob	Sem Venc to		5.047	-
XP Cred Agric FII	Sem Venc to		4.862	-
Exterior			159.684	94.317
NOR GCE IE FIA	Sem Venc to		40.191	31.093
BB MM SCHRODER IE FI	Sem Venc to		28.994	47.416
FOF MULTI GLOBAL EQT	Sem Venc to		31.370	15.808
BRF PREV FOF FIM IE	Sem Venc to		59.129	15.808

⁽¹⁾ Alteração dos nomes fundos HSBC FIA Salubre para Bradesco FIA Salubre.

⁽²⁾ Alteração dos nomes fundos M Square BRFprev FICFIA para Velt BRFPREV FIC FIA.

⁽³⁾ Incorporação do Fundo Santander Agências FII pelo fundo Rio Bravo Renda Varejo FII.

⁽⁴⁾ O Fundo Real Estate II entrou em processo de liquidação e o administrador do fundo convocará ainda no 1º semestre de 2024 Assembleia Geral Extraordinária para deliberação a respeito da distribuição das ações da Alphaville S.A., único ativo remanescente do Fundo. Não haverá prorrogação do prazo de encerramento do Fundo.

7.2.4. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DOS FUNDOS EXCLUSIVOS

No ano de 2023, os fundos de investimento exclusivos da BRF Previdência registraram despesas com administração no montante de R\$5.626 (2022 – R\$8.009). Essas despesas foram rateadas para os quatro Planos, proporcionalmente ao patrimônio líquido diário alocado, sendo que, a redução significativa das despesas, se comparadas ao exercício de 2022, deve-se, em especial a redução das taxas cobradas pelo fundo exclusivo Velt BRFPrev FICFIA, bem como, a redução do patrimônio médio alocado.

A carteira de ações à vista mantida via Fundos de Investimento Exclusivos abriga papéis de diversas empresas. Destacam-se as de maior volume financeiro, que são: Vale S.A e Eneva S.A.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a carteira dos Fundos Exclusivos está representada pelos quadros detalhados, demonstrados a seguir:

Em 31/12/2023								
Descrição	Renda Fixa				Renda Variável		Exterior	Total
	Bradesco FI	BR2	BRF Prev Institucional	Velt	ITAÚ	Bradesco	BRF Prev	
	FICP BRFPREV	FICP	FIRFCP	BRFPREV	FICFIA	FIA Salubre	FOF FIM	
Ações	-	-	-	-	-	132.334	-	132.334
À Vista	-	-	-	-	-	132.334	-	132.334
Títulos Públicos	17.636	10.515	21.476	-	-	1.646	-	51.273
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	16.008	10.316	-	-	-	1.646	-	27.970
Letra Financeira do Tesouro Nacional (LFT)	1.628	199	21.476	-	-	-	-	23.303
Ativos Financeiros de Crédito Privado	177.649	151.958	114.203	-	-	-	-	443.810
Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI)	11.295	17.114	10.211	-	-	-	-	38.620
Certificados de Recebíveis Agrícolas (CRA)	-	-	1.394	-	-	-	-	1.394
Debêntures	130.918	112.205	88.495	-	-	-	-	331.618
Letras Financeiras (LF)	33.717	22.639	14.103	-	-	-	-	70.459
Nota Comercial	1.719	-	-	-	-	-	-	1.719
Fundo de Investimento	10.014	25.517	59.606	56.828	91.228	-	59.150	302.343
ABS PART INST FICFIA	-	-	-	-	13.583	-	-	-
Anga Sab Co VIII Sen	-	158	-	-	-	-	-	158
Anga Sabemi FIDC SEN	-	-	25	-	-	-	-	25
Atmos A Match FICFA	-	-	-	-	13.438	-	-	13.438
Automotivo FIDC SR1	-	1.224	1.569	-	-	-	-	2.793
BEX FIDC SEN	-	3.391	-	-	-	-	-	3.391
BEX FIDC SEN 3	-	601	-	-	-	-	-	601
BR ELETRO FIDC SEN 1	643	-	1.917	-	-	-	-	2.560
BRZ AKRK EST FIDC MZ	-	1.078	-	-	-	-	-	1.078
Caixa Acoes	-	-	-	-	1.747	-	-	1.747
CC SUPPLIER SEN 1S	1.019	-	-	-	-	-	-	1.019
Chemical XII FIDC Sen.	684	-	-	-	-	-	-	684
Clie BRF II FIDC MZA	-	2.085	-	-	-	-	-	2.085
Clie BRF II FIDC Sen.	810	-	-	-	-	-	-	810
Cred Uni FIDC SEN 26	-	-	926	-	-	-	-	926
Cred Uni FIDC SEN25	-	-	629	-	-	-	-	629
Delta Energ PP I SEM	-	1.755	-	-	-	-	-	1.755
Driver Six V FIDC SN	144	-	1.396	-	-	-	-	1.540
FIDC Anga S C XI SEM	-	-	348	-	-	-	-	348
FIDC AUTO II Senior	-	-	59	-	-	-	-	59
FIDC BEC Stone IV SN	1.310	-	-	-	-	-	-	1.310
FIDC BRZ CAP C I Sen A	-	2.547	-	-	-	-	-	2.547
FIDC BRZ CAP C I Sen2 A	-	241	-	-	-	-	-	241
FIDC Cielo EM II Sen	11	-	-	-	-	-	-	11
FIDC CRED AUTO III Sen	-	-	123	-	-	-	-	123
FIDC CRED AUTO IV SN	-	-	209	-	-	-	-	209
FIDC CRED AUTO VI SN	68	-	215	-	-	-	-	283
FIDC CREDZ SEN E1 S5	-	1.602	-	-	-	-	-	1.602
FIDC CREDZ SR E1 S6	-	-	4.044	-	-	-	-	4.044
FIDC DMCARD SENIOR 3	-	-	1.210	-	-	-	-	1.210
FIDC EMP HOME EQ SR2	-	-	2.043	-	-	-	-	2.043
FIDC Green ASF SENI	-	2.583	1.024	-	-	-	-	3.607
FIDC Simpar Senior	103	1.249	724	-	-	-	-	2.076
FIDC TRADEPAY VAR E3	-	-	3.280	-	-	-	-	3.280
FIDC Verdecard SEN3	-	109	123	-	-	-	-	232
FIDC Verdecard SEN5	-	-	873	-	-	-	-	873
FIDC Verdecard SEN6	321	-	1.393	-	-	-	-	1.714
FIDC Verdecard SEN8	-	-	596	-	-	-	-	596
Fortbrasil SEN S4	-	1.003	-	-	-	-	-	1.003
INSS CONS I FIDC SEN	-	-	732	-	-	-	-	732
IT VERT OCE A2 FICFA	-	-	-	-	15.934	-	-	15.934
Itaú Custódia CP FI	-	1	-	-	-	-	-	1
ITAÚ INST AÇÕES FOF	-	-	-	-	8.945	-	-	8.945
NAVI INST A FIC FIA	-	-	-	-	11.954	-	-	11.954
OPEA AGRO SU FID SEN	940	-	1.886	-	-	-	-	2.826
RB ALPHA STRAT I SR4	1.301	-	7.279	-	-	-	-	8.580
RED ASSET REAL 3S	-	-	2.916	-	-	-	-	2.916
RED FIDC MULT SR13	1.147	-	3.658	-	-	-	-	4.805
SB MULTSETO FIDC SN8	339	5.890	-	-	-	-	-	6.229
SHARP IB AT 30 FICFA	-	-	-	-	11.664	-	-	11.664
SIFRA PAR FIDC SENIO	732	-	-	-	-	-	-	732
SOLIS RC I FIDC SEN	-	-	949	-	-	-	-	949
SUMUP I FIDC SN2	442	-	-	-	-	-	-	442
Tramontina I FIDC SR	-	-	1.680	-	-	-	-	1.680
VELT Master INST FIA	-	-	-	56.828	-	-	-	56.828
Venom FIC FIA	-	-	-	-	11.264	-	-	11.264
VÉRT IBOV EQUITIES	-	-	-	-	2.699	-	-	2.699
Western Asset Sovere	-	-	17.780	-	-	-	-	17.780
Schroder Gaia Cont TEG-CUSD	-	-	-	-	-	-	4.408	4.408
Schroder Gaia Egerton Equity C	-	-	-	-	-	-	3.851	3.851
Schroder Gaia Helix-E USD	-	-	-	-	-	-	5.584	5.584
Schroder Gaia Oaktree Credit E USD CAP	-	-	-	-	-	-	5.879	5.879
Schroder Gaia Two SIG DVF-CU	-	-	-	-	-	-	2.864	2.864
Schroder Gaia Well PAG-C USD	-	-	-	-	-	-	5.494	5.494
Schroder Gaia-SIROS C USD-A	-	-	-	-	-	-	3.865	3.865
Schroder Global Credit Income Short Duration	-	-	-	-	-	-	5.808	5.808
Schroder International SEL Fund Global Disrupt	-	-	-	-	-	-	3.115	3.115
Schroder International SEL Fund Global Sustain	-	-	-	-	-	-	6.318	6.318
Schroder International Selection Fund Global E	-	-	-	-	-	-	3.226	3.226
Schroder ISF GBL Divers GR C ACC USD H	-	-	-	-	-	-	8.738	8.738
Valores a Pagar	(47)	(106)	(1.058)	(61)	(6)	22.112	(24)	20.810
Disponível	172	1	5	25	74	3	3	283
Patrimônio do Fundo	205.424	187.885	194.232	56.792	91.296	156.095	59.129	950.853

Em 31/12/2022

Descrição	Renda Fixa			Renda Variável		Total
	Bradesco FI	BR2	BRF Prev Institucional	Velt	Bradesco	
	FICP BRFPREV	FICP	FIRFCP	BRFPREV	FIA Salubre	
Ações	-	-	-	-	129.421	129.421
À Vista	-	-	-	-	129.421	129.421
Títulos Públicos	3.862	9.153	-	-	2.439	15.455
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	5.945	-	-	-	5.945
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	3.237	-	-	-	2.439	5.676
Letra Financeira do Tesouro Nacional (LFT)	625	3.209	-	-	-	3.834
Ativos Financeiros de Crédito Privado	161.172	184.673	225.536	-	-	571.381
Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI)	9.662	19.113	22.991	-	-	51.766
Certificados de Recebíveis Agrícolas (CRA)	-	1.781	1.365	-	-	3.146
Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	3.843	-	-	-	-	3.843
Debêntures	126.015	136.016	166.552	-	-	428.582
DPGE	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras (LF)	19.522	27.764	34.628	-	-	81.914
Letras Hipotecárias (LH)	-	-	-	-	-	-
Nota Comercial	2.130	-	-	-	-	2.130
Fundo de Investimento	10.921	46.518	50.531	74.875	-	182.845
ACQIO 15 FIDC MEZ	221	-	-	-	-	221
ANGA SAB CO VII SEN	-	523	-	-	-	523
ANGA SABEMI FIDC SEN	-	-	48	-	-	48
AUTOMOTIVO FIDC SR1	-	2.840	1.669	-	-	4.509
BR ELETRO FIDC SEN 1	1.049	-	1.776	-	-	2.825
CC SUPPLIER SEN 1S	1.054	-	-	-	-	1.054
CELG FIDC SR2	-	-	403	-	-	403
CHEMICAL X FIDC SEN	377	-	-	-	-	377
CHEMICAL XII FIDC SN	687	-	-	-	-	687
CRED UNI FIDC SEN 26	-	-	1.523	-	-	1.523
CRED UNI FIDC SEN25	-	-	909	-	-	909
DELTA ENERG PP I SEN	-	2.212	-	-	-	2.212
FIDC ANGA CRE CP SN2	-	-	712	-	-	712
FIDC ANGA CRE CP SN3	-	-	1.173	-	-	1.173
FIDC ANGAS C XI SEN	-	-	777	-	-	777
FIDC AUTO II SENIOR	-	-	188	-	-	188
FIDC BEC STONE IV SN	1.309	-	-	-	-	1.309
FIDC BRF CLIENTE MZA	-	3.289	-	-	-	3.289
FIDC BRF CLIENTE SR1	-	-	1.694	-	-	1.694
FIDC BRZ CAP I SEN A	-	3.512	-	-	-	3.512
FIDC CIELO EM II SEN	11	-	-	-	-	11
FIDC CR AUTO III SEN	-	-	347	-	-	347
FIDC CRED AUTO IV SN	155	-	475	-	-	631
FIDC CRED AUTO VI SN	-	-	427	-	-	427
FIDC CREDZ SEN E1 S5	-	4.102	801	-	-	4.903
FIDC CREDZ SR E1 S6	-	-	2.674	-	-	2.674
FIDC CREDZ SR E4 S4	-	-	703	-	-	703
FIDC DMCARD SENIOR 3	-	-	1.582	-	-	1.582
FIDC EMP HOME EQ SR2	-	-	2.007	-	-	2.007
FIDC GREEN ASF SENI	-	3.763	1.492	-	-	5.255
FIDC LIGHT SEN 1E 2S	-	-	2.375	-	-	2.375
FIDC ROTAM SENIOR 1	-	2.019	-	-	-	2.019
FIDC SIMPAR SENIOR	154	3.986	1.087	-	-	5.226
FIDC TRADEPAY VAR E3	-	-	1.083	-	-	1.083
FIDC TRADEPAY VAR S2	-	2.042	-	-	-	2.042
FIDC VERDECARD SEN3	-	544	613	-	-	1.158
FIDC VERDECARD SEN5	-	-	966	-	-	966
FIDC VERDECARD SEN6	399	-	1.730	-	-	2.129
FIDC VERDECARD SEN8	-	-	650	-	-	650
FORTBRASIL SEN S4	-	4.036	-	-	-	4.036
GFM FIDC MULTI MEZ I	-	1.989	-	-	-	1.989
GFM FIDC MULTICREDIT	-	2.959	-	-	-	2.959
IMPERIUM CCEAR S UN	-	-	924	-	-	924
INSS CONS I FIDC SEN	-	-	1.319	-	-	1.319
ITAÚ CUSTÓDIA CP FI	-	5	-	-	-	5
MULTIPLIK P FIDC SN6	-	3.684	-	-	-	3.684
OPEA AGRO SU FID SEN	959	-	997	-	-	1.957
RB ALPHA STRAT I SR4	1.244	-	6.956	-	-	8.199
RED ASSET REAL 2S	-	-	282	-	-	282
RED ASSET REAL 3S	-	-	1.090	-	-	1.090
RED FIDC MULT SR13	1.029	-	1.176	-	-	2.204
SANASA FIDC	-	-	975	-	-	975
SB MULTSETO FIDC SN8	321	5.012	-	-	-	5.333
SIFRA PAR FIDC SENIO	1.397	-	-	-	-	1.397
SOLIS RC I FIDC SEN	-	-	1.770	-	-	1.770
SUMUP I FIDC SENIOR	553	-	1.191	-	-	1.744
VELT MASTER INST FIA	-	-	-	74.875	-	74.875
WESTERN ASSET SOVERE	-	-	3.966	-	-	3.966
Valores a Pagar	(52)	(145)	(90)	(90)	930	554
Disponível	21	2	5	25	3	56
Patrimônio do Fundo	175.924	240.201	275.982	74.809	132.794	899.710

7.2.5. INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS

• POSIÇÃO DA CARTEIRA

Descrição	Vencimento	Plano FAF	
		31/12/2023	31/12/2022
Imóveis		320.944	299.594
Jundiá - SP	Sem Vencimento	284.200	266.010
Egydio, Toledo - PR	Sem Vencimento	2.600	2.347
Atílio Fontana - Toledo - PR	Sem Vencimento	3.900	3.522
Dois Vizinhos - PR	Sem Vencimento	8.800	7.461
Libero Badaró - SP	Sem Vencimento	5.100	5.430
Nações Unidas - SP	Sem Vencimento	12.500	11.245
Paulista - SP	Sem Vencimento	3.844	3.579
Aluguéis a Receber		2.240	2.294
Provisão para Perda		-	(5)
Investimentos em Imóveis		323.184	301.883

Provisão para Perda

Imóvel	Plano	31/12/2023	31/12/2022
Atílio Fontana - Toledo - PR	FAF	-	(5)
Total		-	(5)

• REAVALIAÇÃO DE IMÓVEIS

Os imóveis que compõem a Carteira Imobiliária do Plano FAF foram reavaliados em dezembro de 2023, conforme laudos elaborados pela AMR Engenharia, cujo resultado gerou variação patrimonial positiva na carteira na ordem de R\$21.350 (2022 – R\$10.426), conforme quadro abaixo.

Imóvel	Plano FAF		
	Valor		Resultado
	Reavaliação ⁽¹⁾	Contábil ⁽²⁾	
Uso Próprio	3.844	3.579	265
Paulista - SP	3.844	3.579	265
Imóveis sem Locação	17.600	16.675	925
Libero Badaró - SP	5.100	5.430	(330)
Nações Unidas - SP	12.500	11.245	1.255
Locadas a Patrocinadoras/Terceiros	299.500	279.340	20.160
Jundiá - SP	284.200	266.010	18.190
Egydio - Toledo - PR	2.600	2.347	253
Atílio Fontana - Toledo - PR	3.900	3.522	378
Dois Vizinhos - PR	8.800	7.461	1.339
Total	320.944	299.594	21.350

⁽¹⁾ Saldo contábil em dezembro de 2023

⁽²⁾ Saldo contábil até novembro de 2023

Reavaliação - 2022	Plano FAF		
	Valor		Resultado
	Reavaliação ⁽¹⁾	Contábil ⁽²⁾	
Imóvel			
Uso Próprio	3.579	3.041	538
Paulista - SP	3.579	3.041	538
Imóveis sem Locação	16.675	17.758	(1.084)
Libero Badaró - SP	5.430	5.699	(269)
Nações Unidas - SP	11.245	12.059	(815)
Locadas a Patrocinadoras	266.010	252.233	13.777
Jundiaí - SP	266.010	252.233	13.777
Locadas a Terceiros	13.330	16.136	(2.806)
Egydio - Toledo - PR	2.347	2.858	(511)
Atílio Fontana - Toledo - PR	3.522	4.287	(765)
Dois Vizinhos - PR	7.461	8.991	(1.530)
Total	299.594	289.168	10.426

⁽¹⁾ Saldo contábil em dezembro de 2022

⁽²⁾ Saldo contábil até novembro de 2022

7.2.6. OPERAÇÃO COM PARTICIPANTES

Os empréstimos concedidos aos participantes dos Planos são regidos pelos Regulamentos de Empréstimos, aprovados pelo Conselho Deliberativo e disponíveis, conforme limites e regras regulamentares, para os participantes dos Planos II, III e FAF.

Conforme Regulamento, os valores das prestações mensais são corrigidos monetariamente com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para os participantes dos Planos II e III e pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) para os participantes do Plano FAF.

As taxas incidentes sobre as operações com empréstimos a partir de 01/12/2022 são as seguintes:

Taxas mensais	Plano FAF Planos II e III	
Taxa de juros	0,52%	0,52%
Taxa de administração	0,15%	0,15%
Taxa de inadimplência	0,00%	0,08%
Taxa de quitação por morte	0,00%	0,08%
Taxa única mensal	0,67%	0,83%

O imposto sobre operações financeiras – IOF é retido no ato da concessão, calculado de acordo com o valor contratado e prazo de amortização, conforme legislação vigente.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo da carteira de empréstimo é assim demonstrado:

	Consolidado		Plano FAF		Plano II		Plano III	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Posição da Carteira								
Carteira Simples	36.065	32.552	18.963	19.216	4.892	3.636	12.210	9.700
Prestações a Receber	1.161	984	403	420	176	106	582	458
Provisão Créditos Liquidação Duvidosa ⁽¹⁾	(14)	(865)	(4)	(840)	(4)	(1)	(6)	(24)
Inadimplência - Cobrança Jurídica ⁽¹⁾	53	832	43	816	5	-	5	16
Empréstimos	37.265	33.503	19.405	19.612	5.069	3.741	12.791	10.150
Quantidade de Contratos	4.748	4.225	1.629	1.742	276	232	2.843	2.251

(1) Conforme Resolução Previc nº 23, de 14 de agosto de 2023, os ativos financeiros foram baixados contabilmente e registrados em controles auxiliares até que estejam esgotados todos os meios de cobrança judicial ou extrajudicial, ou por decisão do órgão de governança competente da entidade, observado o prazo mínimo de cinco anos para a manutenção do referido registro auxiliar.

7.2.7. GESTÃO DE RISCO

Conforme determinação da Resolução Previc nº 23 de 14 de agosto de 2023 e da Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022, a administração da BRF Previdência estabelece os critérios, parâmetros e limites na gestão de riscos dos investimentos nas Políticas de Investimentos dos recursos dos Planos, conforme segue:

- **RISCO DE MERCADO**

Acompanha e gerencia o risco e o retorno esperado dos investimentos diretos e indiretos, utilizando modelo que limita a probabilidade de perdas máximas toleradas para os investimentos.

Em atendimento ao que estabelece a legislação, o acompanhamento do risco de mercado é feito pelo Value-at-Risk (VaR) ou Benchmark Value-at-Risk (B-VaR), que estima com base em um intervalo de confiança e com base nos dados históricos de volatilidade dos ativos presentes na carteira analisada, uma perda esperada (ou perda relativa) nas condições atuais de mercado e o Teste de Estresse que avalia, considerando um cenário em que há forte depreciação dos ativos financeiros (sendo respeitadas as correlações entre os ativos), qual seria a extensão das perdas na hipótese de ocorrência desse cenário.

- **RISCO DE CRÉDITO**

Refere-se ao risco relacionado à capacidade de uma determinada contraparte de honrar com seus compromissos. É realizada considerando principalmente os ratings dos títulos de dívida bancária ou corporativa dos emissores, ou das operações de crédito estruturadas, sem prejuízo às análises realizadas em relação aos ativos.

- **RISCO DE LIQUIDEZ**

Envolve a avaliação de potenciais perdas financeiras decorrentes da realização de ativos a preços abaixo daqueles normalmente praticados no mercado, por situação específica ou momentânea

como redução de demanda de mercado, efetuados para cumprir obrigações, como pagamentos de benefícios aos participantes.

O controle do risco de liquidez de demanda de mercado é realizado por meio do controle do percentual da carteira que pode ser negociado em determinado período.

- RISCO OPERACIONAL

A gestão do risco decorre de ações que garantam a adoção de normas e procedimentos de controles internos, alinhados com a legislação aplicável, para evitar a ocorrência perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

- RISCO LEGAL

Relacionado a não conformidade com normativos internos e externos, podendo gerar perdas financeiras procedentes de autuações, processos judiciais ou eventuais questionamentos.

O controle de risco é realizado por relatórios de compliance, permitindo verificar a aderência dos investimentos às diretrizes da legislação em vigor e às Políticas de Investimentos, com periodicidade mensal e analisados também pelo Conselho Fiscal da Entidade, bem como também por utilização de pareceres jurídicos para contratos com terceiros, quando necessário.

- RISCO SISTÊMICO

Caracteriza pela possibilidade de que o sistema financeiro seja contaminado de forma relevante por eventos pontuais.

Para o monitoramento do risco sistêmico é calculado o VaR e realizado o teste de Estresse da carteira consolidada conforme parâmetros estabelecidos.

Para redução da suscetibilidade dos investimentos a esse risco, a alocação dos recursos leva em consideração os aspectos referentes à diversificação de setores e emissores, bem como a diversificação de gestores externos de investimento, visando mitigar a possibilidade de inoperância desses prestadores de serviço em um evento de crise.

- RISCO RELACIONADO A PRINCÍPIOS AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (ASG)

Considera-se como um conjunto de princípios que visam favorecer o investimento em companhias que adotam em suas atividades ou projetos, políticas de respeito a fatores relacionados a aspectos ambientais, sociais e de governança corporativa.

A observância dos princípios ASG na gestão dos recursos depende, portanto, da adequação da análise e decisões de investimentos, de forma a cumprir, caso possível, regras de investimento responsável.

Considerando o porte da Entidade, ao longo da vigência desta Política os princípios ASG são observados sempre que possível.

- **RISCO NAS OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES**

Nas operações de empréstimo realizadas com os participantes as taxas de remuneração são maiores do que a meta atuarial do Plano.

Os riscos de inadimplência e de morte de mutuário estão mitigados por cobrança de prêmios e existência de dois fundos específicos para essas finalidades, respectivamente, Fundo de Inadimplência e Fundo de Quitação por Morte.

7.2.7.1 RISCO DE CRÉDITO DOS INVESTIMENTOS

Exposição a Crédito Privado

Conforme Política de Investimentos da BRF Previdência e de acordo com a Resolução CMN nº 4.994/2022 o controle da exposição a crédito privado é feito via o percentual de recursos alocados em títulos privados em relação aos recursos totais do Plano, considerando os limites sugeridos nos estudos de alocação estratégica e fronteira eficiente e a categoria de risco dos papéis. Eventuais rebaixamentos de ratings de ativos já investidos são avaliados individualmente. Os seguintes pontos são, adicionalmente, considerados:

- ❖ aplicações garantidas integralmente pelo FGC (Fundo Garantidor de Créditos) podem ser realizadas independente de rating;
- ❖ se não houver rating válido atribuído, o ativo será classificado como Grau Especulativo.

No encerramento dos exercícios de 2023 e 2022, os Planos administrados pela BRF Previdência apresentavam-se em conformidade em relação aos limites estipulados na Política de Investimentos, conforme demonstrado abaixo:

2023										
Classificação por Risco de Crédito	Plano FAF		Plano III - BD		Plano III - CD		Plano III		Plano Família	
	Limite	%	%	%	%	%	Limite	%	Limite	%
Total em Crédito (Grau de investimento + Grau	30,00%	16,22%	3,73%	13,46%	15,46%	50,00%	24,06%	40,00%	13,91%	OK
Grau Especulativo	5,00%	0,63%	0,07%	0,43%	0,34%	5,00%	0,08%	5,00%	0,27%	OK
2022										
Classificação por Risco de Crédito	Plano FAF		Plano III - BD		Plano III - CD		Plano III		Plano Família	
	Limite	%	%	%	%	%	Limite	%	Limite	%
Total em Crédito (Grau de investimento + Grau	30,00%	18,66%	2,85%	17,73%	14,38%	50,00%	24,90%	40,00%	8,20%	OK
Especulativo										
Grau Especulativo	5,00%	0,00%	0,00%	0,01%	0,02%	5,00%	0,09%	5,00%	0,01%	OK

O limite para títulos classificados na categoria "Grau Especulativo" visa a comportar eventuais rebaixamentos de ratings de papéis já integrantes da carteira de investimentos, papéis que já se enquadram nesta categoria e eventuais ativos presentes em fundos de investimento condominiais, dos quais a Entidade não tem controle sobre o regulamento (mandato não discricionário). Nesse sentido, o limite acima previsto não é entendido como aval para aquisição de títulos que se enquadrem na categoria "Grau Especulativo" por parte dos gestores de carteira e de fundos exclusivos.

8. IMOBILIZADO E INTANGIVEL

Possui a seguinte composição em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	31/12/2022	Movimento		Depreciação /	31/12/2023
		Aquisição	Baixa/Reversão	Amortização	
Imobilizado	295	82	(8)	(95)	274
Computadores e Periféricos	276	64	(5)	(80)	255
Software	-	10	-	(1)	9
Móveis e Utensílios	11	-	-	(8)	3
Máquinas e Equipamentos	8	8	(3)	(6)	7
Intangível	462	80	-	(128)	414
Total	757	162	(8)	(223)	688

Em dezembro de 2023, a BRF Previdência, em conformidade com o Artigo 15 da Resolução do CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021, promoveu o inventário físico dos bens do ativo imobilizado, sendo que, as baixas e reversões foram devidamente consideradas neste exercício social.

9. EXIGÍVEL OPERACIONAL – GESTÃO PREVIDENCIAL

Estão registrados os compromissos assumidos pelos Planos de Benefícios relativos à Gestão Previdencial, demonstrados conforme a seguir:

Gestão Previdencial	Consolidado		Plano FAF		Plano II		Plano III		Eliminações ⁽²⁾	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Benefícios a pagar	9.237	7.614	19	35	356	295	8.862	7.284	-	-
Retenções a recolher - Obrigações fiscais	2.560	2.206	1.954	1.825	256	146	350	235	-	-
Recursos antecipados	200	231	2	-	3	1	195	230	-	-
Outras exigibilidades ⁽¹⁾	160	227	947	705	281	87	167	120	(1.235)	(685)
Total	12.157	10.278	2.922	2.565	896	529	9.574	7.869	(1.235)	(685)

⁽¹⁾ Do valor de R\$ 160 (2022 – R\$ 227) registrados a título de outras exigibilidades, R\$ 105 (2022 – R\$ 170) referem-se a descontos na folha de benefícios repassados no mês subsequente, e R\$ 55 (2022 – R\$ 57) referem-se a taxas que serão liquidadas no mês subsequente;

⁽²⁾ R\$ 1.235 (R\$ 685 - 2022) refere-se ao valor dos planos de benefícios para cobertura das despesas administrativas no mês subsequente, subtraídos devido efeito da consolidação, conforme divulgado na Nota explicativa 17.

10. EXIGÍVEL OPERACIONAL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

Registra os compromissos da Gestão Administrativa assumidos pela Entidade com fornecedores e obrigações com empregados entre outras.

	Consolidado PGA		Plano de Gestão Administrativa (PGA)		Eliminações ⁽²⁾	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Contas a pagar	4.293	2.604	4.293	2.604	-	-
Pessoal e encargos	3.867	1.943	3.867	1.943	-	-
Fornecedores	383	661	383	661	-	-
Patrocinadoras a Pagar	28	-	28	-	-	-
Provisões	15	-	15	-	-	-
Retenções a recolher	393	359	393	359	-	-
Outras exigibilidades ⁽¹⁾	26	25	246	64	(220)	(39)
Total ⁽²⁾	4.712	2.988	4.932	3.027	(220)	(39)

(1) Valores a transferir entre planos de benefício e PGA.

(2) Refere-se aos efeitos da consolidação divulgados na Nota explicativa 17.

11. EXIGÍVEL OPERACIONAL – INVESTIMENTOS

Registra os compromissos dos investimentos, referentes a empréstimos e imóveis a serem creditados no mês subsequente.

Investimentos	Consolidado		Plano FAF		Plano II		Plano III		Eliminações ⁽¹⁾	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Investimentos em Imóveis	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Retenções de terceiros a recolher ⁽²⁾	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Operações com Participantes	25	13	11	3	2	3	12	7	-	-
Tributos de Empréstimos	25	13	11	3	2	3	12	7	-	-
Taxa de Administração a Repassar	-	-	26	26	7	5	16	12	(49)	(43)
Taxa de Administração dos Empréstimos	-	-	26	26	7	5	16	12	(49)	(43)
Total	26	13	38	29	9	8	28	19	(49)	(43)

(1) Refere-se aos efeitos da consolidação divulgados na Nota explicativa 17.

(2) Refere-se a impostos retidos sobre os prestação de serviços de reavaliação dos investimentos em imóveis.

12. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Descrição	Consolidado		Plano II		PGA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Gestão Previdencial ⁽¹⁾	19	19	19	19	-	-
Gestão Administrativa ⁽²⁾	4.114	3.087	-	-	4.114	3.087
Total	4.133	3.106	19	19	4.114	3.087

(1) Para as provisões contingenciais previdenciais referentes a 1ª ação que possuem depósito judicial conforme Nota 5 :

(2) Provisões contingenciais administrativas referentes ao PIS e a COFINS, possuem depósitos judiciais, conforme Nota 6.

12.1. GESTÃO PREVIDENCIAL

A provisão mantida, no encerramento do exercício de 2023 e 2022, no valor de R\$ 19, refere-se a 1(um) processo, classificado com probabilidade de perda provável, no qual o autor questiona a concessão do benefício previdenciário relativo ao Plano de Benefícios II. Tal processo possui depósito judicial correspondente, conforme mencionado na Nota 5.

Adicionalmente a Entidade é parte em 4 (quatro) processos (2022-13), classificados com a probabilidade de perda provável, e que conforme avaliação dos consultores jurídicos contratados pela Entidade, devido a fase atual do processo, não se aplica e/ou não é possível estimar com confiança os valores envolvidos para provisão, conforme descrição a seguir:

- Plano de Benefícios FAF: 3 (duas) ações (2022 - 5) em que os autores questionam judicialmente a concessão de pensão por morte e restituição de valores para constituição de reserva. Durante o ano de 2023, foi encerrado 1 (um) processo;
- Plano de Benefícios FAF – retirada de patrocínio: 1 (uma) ação (2022-8) relativas à solicitação de exibição de documentos referentes ao processo de retirada de patrocínio, sendo que, as despesas e eventuais custos desses processos serão de responsabilidade da patrocinadora que se retirou conforme termo firmado na época. Durante o ano de 2023, foram encerrados 6 (seis) processos;

12.2. GESTÃO ADMINISTRATIVA

No ano de 2018, a BRF Previdência impetrou o Mandado de Segurança contra a União (Fazenda Nacional) para discussão e afastamento da cobrança da contribuição do PIS e da COFINS sobre as receitas administrativas com base na Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, e alterações (especialmente por força do advento da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014).

Em 2023, o montante apurado e depositado judicialmente foi de R\$ 140 e R\$ 861 (2022 – R\$ 108 e R\$ 665), referente ao PIS e à COFINS, respectivamente. O saldo depositado judicialmente totaliza R\$ 3.951. O tributo do mês de dezembro de 2023, será depositado no mês de janeiro de 2024 no valor de R\$ 91. A atualização monetária acumulada até 2023 é R\$ 72.

Adicionalmente informamos que durante o exercício de 2023, foi encerrado 1(um) processo classificado para gestão administrativa, no qual o autor questionava a cobrança relativa à concessão de empréstimo.

12.3. PASSIVO CONTINGENTE

A Entidade é parte em ações judiciais de natureza tributária, civil e administrativas, classificadas com risco de perda possível, conforme descrição abaixo:

- 08 (2022 – 10) demanda cautelar de exibição de documentos, relativas ao Plano de Benefícios FAF, cuja probabilidade de perda foi considerada como possível, relativo a processos de retirada de patrocínio que serão reembolsadas pela patrocinadora no momento do desfecho judicial. Conforme avaliação dos consultores jurídicos contratados pela Entidade, devido a fase atual do processo, não se aplica e/ou não é possível estimar com confiança os valores envolvidos para provisão (2022 - R\$ zero).
- 23 (2022 – 17) ações da gestão previdencial, cuja probabilidade de perda foi considerada como possível, em que os autores questionam o cálculo do benefício percebido, bem como, as elegibilidades para concessão de benefício e pensão por morte. Conforme avaliação dos consultores jurídicos contratados pela Entidade, devido a fase atual do processo, não se aplica e/ou não é possível estimar com confiança os valores envolvidos para provisão (2022 - R\$ zero).
- 3 (2022 – 3) ações de natureza administrativa e tributária, no qual os autores questionam a incidência de imposto de renda, seguro de vida e danos moral e material. Conforme avaliação dos consultores jurídicos contratados pela Entidade, devido a fase atual do processo, não se aplica e/ou não é possível estimar com confiança os valores envolvidos para provisão (2022 - R\$ zero).

12.4. ATIVO CONTINGENTE

A Entidade é parte em ações judiciais de natureza tributária, civil e administrativas, caracterizados como ativo contingente, com 18 (2022 - 22) ações, no valor de R\$ 1.106 (2022 - R\$ 1.218), cuja probabilidade de êxito foi considerada como provável, conforme entendimento dos assessores jurídicos da Entidade. As ações judiciais e os valores discutidos são:

- 16 (dezesseis) - (2022 – 20) ações referem-se a cobrança judicial de empréstimo adquirido pelo executado e não honrado, no valor de 444 (2022 - R\$ 556);
- 1 (uma) ação, em 2022 e 2023, refere-se à indenização por desapropriação de imóvel da BRF Previdência por parte do Estado do Mato Grosso, no valor R\$ 662 (2022 – R\$ 662);

- 1 (uma) ação, em 2022 e 2023, referente a discussão para isenção tributária devido a não incidência do ICMS sobre a TUSD e TUST nas contas de energia elétrica, não tendo valor estimado da obrigação em 2023 e 2022.

Os valores e processos descritos não foram contabilizados como ativo tendo vista que não houve julgamento em definitivo do mérito das ações, sendo que, na evidência concreta de ganho dos valores envolvidos o ativo não será mais considerado contingente e seu reconhecimento como ativo será adequado.

13. PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas são determinadas com base em cálculos atuariais, cujos pareceres evidenciam a conformidade com as normas atuariais e características peculiares do Estatuto e dos Regulamentos dos Planos e foram calculados por atuários contratados da Towers Watson Consultoria - WTW, nos exercícios de 2023 e 2022. Os valores apresentados representam os compromissos atuais e futuros no encerramento do exercício, oriundos de benefícios concedidos e a conceder aos participantes, assistidos e seus beneficiários.

Por serem os Planos III e Família estruturados na modalidade de Contribuição Definida (CD), as provisões matemáticas se igualam aos saldos de conta formados pelas contribuições individuais acrescidas do retorno de investimentos. Assim sendo, não cabe a utilização de quaisquer hipóteses atuariais para determinação dos compromissos correspondentes.

13.1. MÉTODO DE FINANCIAMENTO

- Plano FAF: o método de financiamento adotado foi o agregado, exceto para benefício proporcional diferido que devido a sua característica, definida em regulamento, utiliza-se o método de financiamento de capitalização financeira. Por se tratar de um plano fechado para novas adesões e devido às contribuições realizadas no passado, rentabilidade histórica e ganhos atuariais ao longo do tempo, as reservas matemáticas dos participantes são calculadas como os próprios valores atuais dos benefícios futuros.
- Plano II: o método de financiamento adotado foi o de capitalização financeira.

Conforme opinião dos atuários contratados pela Entidade, os métodos de financiamento estão adequados a natureza dos Planos e atendem aos limites mínimos estabelecidos na Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018.

13.2. HIPÓTESES ATUARIAIS

As hipóteses adotadas nos cálculos atuariais de 2023 do Plano FAF e do Plano II é resultado de novos estudos de aderência datados de 30 de novembro de 2023, aprovados pelo Conselho Deliberativo em 15 de dezembro de 2023, elaborado por consultoria contratada, conforme dispositivos previstos na legislação vigente, em especial a Resolução CNPC nº 30 de 10 de outubro de 2018.

O objetivo desse estudo é dar subsídios para que patrocinadores, atuários e administradores dos Planos de Benefícios possam selecionar o conjunto de hipóteses atuariais mais adequadas às características da massa de participantes dos planos, e fornecer as fundamentações necessárias para a seleção de hipóteses atuariais para fins da avaliação atuarial. O estudo elaborado compreende a aderência das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras.

As hipóteses atuariais utilizadas em 2023 e 2022 estão demonstradas a seguir:

PLANO FAF	2023	2022
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios)	INPC (IBGE)	INPC (IBGE)
Taxa Real Anual de Juros (%)	5,00	4,75
Projeção do Crescimento Real de Salário (%)	1,06	1,06
Projeção de Crescimento Real do Maior Sal Ben INSS (%)	0,00	0,00
Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano (%)	0,00	0,00
Fator de Determinação Valor Real ao Longo do Tempo Salários (%)	98	98
Fator de Determinação Valor Real Longo do Tempo Ben Entidade	98	98
Hipótese sobre Rotatividade (Percentual)	Experiência FAF 2018-2022	Experiência FAF 2017-2021 Modificada
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic, segregada por sexo	AT-2000 Basic, segregada por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	CSO - 58	CSO - 58
Tábua de Entrada de Invalidez	Álvaro Vindas desagradada em 30% 79% Casados; mulher 6 anos mais nova que o homem	Álvaro Vindas desagradada em 30% 79% Casados; mulher 6 anos mais nova que o homem
Hipótese sobre a Composição de Família de Pensionistas	Resgate: 66% e BPD 34%	Resgate: 66% e BPD 34%
Probabilidade de Opção pelos Institutos	100% na primeira idade elegível	100% na primeira idade elegível
Hipótese de Entrada em Aposentadoria		
PLANO II	2023	2022
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios)	IPCA (IBGE)	IPCA (IBGE)
Taxa Real Anual de Juros (%)	5,00	4,75
Fator de Determinação Valor Real Longo do Tempo Salários (%)	98	98
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic, segregada por sexo	AT-2000 Basic, segregada por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	CSO - 58	CSO - 58

A seguir, demonstramos os impactos calculados nas provisões matemáticas dos Planos II e FAF decorrentes das alterações de hipóteses:

PLANO FAF	Impactos (R\$)	Efeitos nas provisões matemáticas
Taxa Real Anual de Juros	-112.807	Redução
Tábua de Rotatividade	8.700	Aumento
	-104.107	Redução

PLANO II	Impactos (R\$)	Efeitos nas provisões matemáticas
Taxa Real Anual de Juros	-525	Redução
	-525	Redução

13.2.1. ALTERAÇÕES DA TAXA DE JUROS ATUARIAL E ÍNDICE DE REFERÊNCIA DE RENTABILIDADE

Em atendimento a Resolução CNPC nº 30 de 10 de outubro de 2018, é realizado anualmente estudo técnico para demonstrar a convergência da taxa real de juros dos Planos de Benefícios, estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD), especificamente o Plano FAF e Plano II. Este estudo tem como base a projeção da expectativa de retorno, alocação de ativos e compromissos atuariais.

Para os Planos estruturados na modalidade de Contribuição Definida (CD), especificamente o Plano III e Plano Família, são definidas, nas políticas de investimentos, os índices de referência para a rentabilidade, avaliando as características das carteiras de investimentos.

13.2.1.1. Plano FAF

A hipótese de taxa real de juros para composição da meta atuarial foi alterada, de 4,75% a.a. (2022) para 5,00% a.a. (2023).

O resultado do estudo técnico, com intervalo de confiança de 100%, demonstra que a taxa real de juros de 5,00% a.a. está aderente à rentabilidade esperada da alocação estratégica dos ativos do Plano além de estar compreendida no intervalo definido pela legislação, com limite inferior de 3,31% a.a. e limite superior de 5,13% a.a.

13.2.1.2. Plano II

A hipótese de taxa real de juros da meta atuarial foi alterada, de 4,75% a.a. (2022) para 5,00% a.a. (2023).

O resultado do estudo técnico, com intervalo de confiança de 100%, demonstra que a taxa real de juros de 5,00% a.a. está aderente à rentabilidade esperada da alocação estratégica dos ativos do Plano além de estar compreendida no intervalo definido na legislação, com limites inferior de 3,23% a.a. e limite superior de 5,01% a.a.

Para a parcela de Contribuição Definida (CD) do Plano II ao longo do ano de 2023 foi utilizado o índice de referência de rentabilidade dos investimentos em IPCA + 4,75% a.a., sendo que, para 2024 será adotado IPCA + 5,00% a.a.

13.2.1.3. Plano III

O índice de referência de rentabilidade dos investimentos ao longo de 2023 foi de IPCA + 4,75% a.a.. Para 2024 será adotado IPCA + 5,00% a.a.

13.2.1.4. Plano Família

O índice de referência de rentabilidade dos investimentos ao longo de 2023 foi de 110% a.a. do CDI. Para 2024 será mantido o índice.

13.3. PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas apresentam a seguinte divisão:

- Provisões de benefícios concedidos – totalizam o valor atual dos benefícios a serem pagos pela BRF Previdência aos seus participantes já em gozo de benefícios de prestação continuada, deduzido das respectivas contribuições futuras, quando previstas no plano de custeio anual;
- Provisões de Benefícios a conceder – registram o valor atual dos benefícios a serem concedidos aos participantes que ainda não estejam em gozo de benefícios de prestação continuada, deduzido das respectivas contribuições futuras, quando previstas no plano de custeio anual;
- Provisões de matemáticas a constituir – corresponde ao valor atual do déficit equacionado a ser quitado através de contribuições extraordinárias futuras pelos participantes assistidos conforme plano firmado.

13.3.1. Plano de Equacionamento de Déficit – Plano II

Conforme previsto na Resolução CNPC nº 30 de 10 de outubro de 2018, a BRF Previdência realizou Plano de Equacionamento de Déficit relativos aos resultados deficitários acumulados até dezembro de 2021 no Plano de Benefícios II. O plano foi aprovado pelo Conselho Deliberativo em 21 de novembro de 2022.

O déficit total a ser equacionado, no prazo de 185 meses, foi de R\$ 334 (trezentos e trinta e quatro mil), com vigência a partir de janeiro de 2023.

Os valores anuais foram apurados utilizando-se o método de amortização pela Tabela Price.

Durante o exercício de 2023, a parcela de contribuição para cobertura do déficit destinada aos assistidos, foi realizada adequadamente com contribuições descontadas dos benefícios que totalizaram R\$ 17 mil no ano.

As patrocinadoras decidiram por utilizar o valor de R\$144 do Fundo Previdencial para Reversão de Saldo, em janeiro de 2023, para quitar o pagamento da dívida constante em Operações Contratadas referente a parcela total de sua responsabilidade.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 as Provisões Matemáticas estavam assim compostas:

Provisões Matemáticas	Em 31/12/2023				
	Consolidado	Plano FAF	Plano II	Plano III	Plano Família
Benefícios Concedidos	2.836.160	2.748.368	84.152	3.640	-
Contribuição Definida	65.348	762	60.946	3.640	-
Saldo de contas dos assistidos	65.348	762	60.946	3.640	-
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capital	2.770.812	2.747.606	23.206	-	-
Futuros programados - assistidos	2.491.791	2.473.826	17.965	-	-
Futuros não programados - assistidos	279.021	273.780	5.241	-	-
Benefícios a Conceder	1.825.082	1.082.229	299.251	441.071	2.531
Contribuição Definida	746.776	3.923	299.251	441.071	2.531
Saldo de contas - parcela patrocinador(es) instituidores	319.302	-	128.987	190.315	-
Saldo de contas - parcela participantes	427.474	3.923	170.264	250.756	2.531
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capital	1.042.131	1.042.131	-	-	-
Valor atual dos benefícios futuros programados	1.042.131	1.042.131	-	-	-
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capital	36.175	36.175	-	-	-
Valor atual dos benefícios futuros não programados	36.175	36.175	-	-	-
Provisões matemáticas a constituir	-181	-	-181	-	-
Serviço passado	-181	-	-181	-	-
Total	4.661.061	3.830.597	383.222	444.711	2.531

Provisões Matemáticas	Em 31/12/2022				
	Consolidado	Plano FAF	Plano II	Plano III	Plano Família
Benefícios Concedidos	2.715.454	2.633.734	78.601	3.119	-
Contribuição Definida	58.996	564	55.313	3.119	-
Saldo de contas dos assistidos	58.996	564	55.313	3.119	-
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capital	2.656.458	2.633.170	23.288	-	-
Futuros programados - assistidos	2.393.834	2.375.827	18.007	-	-
Futuros não programados - assistidos	262.624	257.343	5.281	-	-
Benefícios a Conceder	1.784.226	1.136.075	288.623	357.857	1.671
Contribuição Definida	652.859	4.708	288.623	357.857	1.671
Saldo de contas - parcela patrocinador(es) instituidores	277.440	-	124.016	153.424	-
Saldo de contas - parcela participantes	356.432	4.708	161.149	189.167	1.408
Saldo de contas - parcela participantes portada de EFPC	1.677	-	194	1.473	10
Saldo de contas - parcela participantes portada de EAPC	17.310	-	3.264	13.793	253
Provisões matemáticas a constituir	(189)	-	(189)	-	-
(-) Deficit Equacionado	(189)	-	(189)	-	-
(-) Assistidos	(189)	-	(189)	-	-
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capital	1.094.537	1.094.537	-	-	-
Valor atual dos benefícios futuros programados	1.094.537	1.094.537	-	-	-
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capital	36.830	36.830	-	-	-
Valor atual dos benefícios futuros não programados	36.830	36.830	-	-	-
Total	4.499.491	3.769.809	367.035	360.976	1.671

13.3.2. Plano FAF

O Plano FAF apresentou variação positiva no saldo de provisões matemáticas no montante de 1,61%, se comparados com o encerramento do exercício de 2022, sendo que, os principais impactos decorrem da alteração de hipótese de rotatividade, com acréscimo no passivo atuarial de R\$ 8.700 e alteração da taxa de juros, com redução do passivo em R\$ 112.807, conforme Nota 13.2, adicionados as alterações de massa de participantes.

13.3.3. Plano II

O Plano II, relativos à parcela de Benefício Definido (BD), apresentou diminuição no saldo de provisões matemáticas no montante de -0,35%, se comparados com o encerramento do exercício de 2022, sendo que, os principais impactos decorrem da alteração da taxa de juros que gerou diminuição no passivo atuarial de R\$ 525, conforme Nota 13.2, adicionados as alterações de massa de participante.

14. EQUILÍBRIO TÉCNICO

Os saldos dos resultados acumulados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 dos Planos de Benefícios foram apurados pelo regime de competência e resultaram nos valores demonstrados a seguir:

	Consolidado	Plano FAF	Plano II
Saldo em 31/12/2021	(192.420)	(188.382)	(4.038)
Déficit/Superávit do Exercício	(57.490)	(60.431)	2.941
Saldo em 31/12/2022	(249.910)	(248.813)	(1.097)
Déficit/Superávit do Exercício	198.983	198.113	870
Saldo em 31/12/2023	(50.927)	(50.700)	(227)

14.1. VARIAÇÕES APRESENTADAS

Plano FAF

O déficit técnico registrado no Plano FAF apresentou diminuição de 79,62% se comparado ao encerramento do exercício de 2022. A redução no déficit no exercício se deu principalmente pela alteração na taxa de juros, de 4,75%a.a. para 5,00%a.a, conforme descrito na Nota 1 e pela rentabilidade, que registrou variação positiva quando descontada a inflação do período e, portanto, superior à meta atuarial.

Plano II

O déficit técnico registrado no Plano II, apresentou diminuição de 79,31% se comparado ao encerramento do exercício de 2022. A redução no déficit no exercício se deu principalmente pela alteração na taxa de juros, de 4,75%a.a para 5,00%a.a, conforme descrito na Nota 13.2.1.2 e pela rentabilidade, que registrou variação positiva quando descontada a inflação do período e, portanto, superior à meta atuarial.

14.1.1. Soluções para Insuficiência de Cobertura

Plano FAF

No encerramento do exercício de 2023, foi apurado e divulgado no Demonstrativo do Ativo Líquido (DAL), o equilíbrio técnico ajustado no valor positivo de R\$ 36.050, correspondente ao déficit técnico de R\$ 50.700 somado ao ajuste de precificação positivo do plano, descrito na Nota 14, no montante de R\$ 86.750.

Como o equilíbrio técnico ajustado positivo, conforme determina a Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, não há necessidade de equacionamento de Déficit, sendo assim, a totalidade da insuficiência apurada nesse exercício foi alocada na conta Déficit Técnico Acumulado.

Plano II

No encerramento do exercício de 2023, foi apurado e divulgado no Demonstrativo do Ativo Líquido (DAL), o equilíbrio técnico ajustado no valor positivo de R\$ 151, correspondente ao déficit técnico de R\$ 227 somado ao ajuste de precificação positivo do plano, descrito na Nota 14, no montante de R\$ 378.

Como o equilíbrio técnico ajustado positivo, conforme determina a Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, não há necessidade de equacionamento de Déficit, sendo assim, a totalidade da insuficiência apurada nesse exercício foi alocada na conta Déficit Técnico Acumulado

14.2. AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

A BRF Previdência calculou o ajuste de precificação dos exercícios de 2023 e 2022, que corresponde à diferença entre o valor dos títulos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento calculado considerando a taxa de juros anual utilizada na avaliação atuarial (Nota 14.1.1) e o valor contábil desses títulos (Nota 7) em conformidade com a Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, e definições da Instrução Previc nº33, de 23 de outubro de 2020.

O ajuste de precificação está restrito aos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento", em que cada plano da Entidade demonstre capacidade financeira de mantê-los até o vencimento e que, tenham por objetivo a cobertura dos benefícios a conceder e concedidos com valor ou nível previamente estabelecidos e custeio determinado atuarialmente, bem como também os demais requisitos previstos na norma.

O ajuste de precificação é divulgado no Demonstrativo do Ativo Líquido do Plano de Benefícios – DAL, sendo considerado na apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado.

A seguir, demonstramos o controle e acompanhamento dos títulos objeto dos ajustes de precificação para o exercício de 2023.

• Plano FAF

Títulos e valores mobiliários	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	10 a 15 anos	15 a 20 anos	Acima de 20 anos	Quantidade total	Valor contábil total	Valor ajustado	Valor do ajuste
Títulos públicos										
NTN - B - quantidade				24.655	59.909	68.069	152.633			
NTN - B - Valor				101.269	256.469	284.032		641.770	728.520	86.750
Duração do Passivo	12,10									
Duração do Ativo	12,10									

• **Plano II**

Títulos e valores mobiliários	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	10 a 15 anos	15 a 20 anos	Acima de 20 anos	Quantidade total	Valor contábil total	Valor ajustado	Valor do ajuste
Títulos públicos										
NTN - B - quantidade			280		531	43	854			
NTN - B - Valor			1.195		2.247	172		3.614	3.992	378
Duração do Passivo	9,40									
Duração do Ativo	9,40									

A seguir, demonstramos o controle e acompanhamento dos títulos objeto dos ajustes de precificação para o exercício de 2022 por plano.

• **Plano FAF**

Títulos e valores mobiliários	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	10 a 15 anos	15 a 20 anos	Acima de 20 anos	Quantidade total	Valor contábil total	Valor ajustado	Valor do ajuste
Títulos públicos										
NTN - B - quantidade				24.655	59.909	59.369	143.933			
NTN - B - Valor				96.528	244.846	236.525		577.899	677.172	99.273
Duração do Passivo	12,56									
Duração do Ativo	12,56									

• **Plano II**

Títulos e valores mobiliários	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	10 a 15 anos	15 a 20 anos	Acima de 20 anos	Quantidade total	Valor contábil total	Valor ajustado	Valor do ajuste
Títulos públicos										
NTN - B - quantidade	-	-	280	-	531	10	821			
NTN - B - Valor	-	-	1.140	-	2.144	38		3.322	3.757	435
Duração do Passivo	9,77									
Duração do Ativo	9,77									

Conforme limites e métodos descritos, para apuração e destinação de superávit ou déficit, a BRF Previdência não constituiu Reserva Especial nos Planos ou Equacionamento do Déficit, sendo os valores de ajuste de precificação demonstrados apenas para informação em conformidade com a legislação vigente.

15. FUNDOS

15.1. FUNDO PREVIDENCIAL

Fundo com destinação específica constituído atuarialmente com recursos da Gestão Previdencial, o fundo de reversão de saldo por exigência regulamentar é constituído de acordo com a nota técnica atuarial de cada Plano de Benefícios Previdencial.

O referido fundo, é composto pelas parcelas de contribuições das patrocinadoras que não foram utilizadas para o pagamento de benefícios e resgates em função das condições de elegibilidade e tipo de benefício pago ao participante no momento de seu desligamento. As patrocinadoras poderão utilizar, se assim previsto no plano de custeio anual, os recursos do fundo previdencial para financiar contribuições futuras ou para cobertura de eventuais insuficiências verificadas no Plano.

A movimentação do fundo para reversão de saldo por exigência regulamentar em cada exercício foi a seguinte:

Reversão de saldo por exigência regulamentar	Consolidado		Plano II		Plano III	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Saldo Inicial	2.737	699	214	119	2.523	580
Utilizações / Reversões	-	(11)	-	(11)	-	-
Desoneração (1)	(8.416)	(5.968)	(150)	-	(8.266)	(5.968)
Constituições	7.071	7.931	136	102	6.935	7.829
Rentabilidade Geral	319	86	22	4	297	82
Total	1.711	2.737	222	214	1.489	2.523

(1) Refere-se a utilização de recursos do fundo previdencial para abatimento das contribuições da patrocinadora para o plano de benefício.

15.2. FUNDO ADMINISTRATIVO

O Fundo Administrativo é utilizado para a cobertura das despesas administrativas a serem realizadas pela Entidade na administração dos seus Planos de Benefícios, na forma prevista no seu regulamento e plano de custeio.

É constituído ou revertido mensalmente e consiste no resultado apurado entre as receitas e despesas administrativas, acrescido dos valores relativos à rentabilidade obtida com os investimentos realizados no mercado financeiro referentes ao Plano de Gestão Administrativa (PGA).

Em 2021, a BRF Previdencia constituiu o Fundo Administrativo Compartilhado, conforme aprovação do Conselho Deliberativo, nos termos da legislação vigente, destinado para implementação do Plano Instituído Setorial Família.

O Fundo Administrativo Compartilhado não é segregado por plano de benefícios, neste sentido, tal fundo não é demonstrado na Demonstração do Plano de Gestão Administrativo – DPGA por plano, porém, a Entidade apresenta suas movimentações e saldos inclusos na Demonstração do Plano de Gestão Administrativo Consolidado – DPGA.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 está assim constituído, conforme movimentação abaixo:

Fundo Administrativo	Consolidado		Plano FAF		Plano II		Plano III	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Saldo Inicial	12.037	11.189	11.212	10.589	309	254	516	346
Constituições	1.472	141	840	-	16	23	616	118
Utilizações / Reversões	-	(620)	-	(620)	-	-	-	-
Rentabilidade Geral	1.999	1.327	1.796	1.243	72	32	131	52
Total	15.508	12.037	13.848	11.212	397	309	1.263	516
Fundo Administrativo Compartilhado	2023	2022						
Saldo Inicial	90	136						
Constituições	-	-						
Utilizações / Reversões	(31)	59						
Rentabilidade Geral	10	13						
Total	69	90						
Total Fundo Administrativo	15.577	12.127	13.848	11.212	397	309	1.263	516

15.3. FUNDO PARA GARANTIA DAS OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

É composto por fundos garantidores da carteira de empréstimos, cujos valores constituídos consistem no resultado mensal da aplicação das taxas incidentes sobre parcelas quitadas do empréstimo deduzidas as baixas de quitação por morte e por inadimplência, além dos valores relativos à rentabilidade obtida com os investimentos realizados no mercado financeiro.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 estão assim constituídos.

Fundos para Garantia das Operações com Participantes	Consolidado		Plano FAF		Plano II		Plano III	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Fundo Quitação por Morte	1.891	1.760	1.191	1.260	229	170	471	330
Fundo Inadimplência	4.302	3.693	3.708	3.253	228	167	366	273
Total	6.193	5.453	4.899	4.513	457	337	837	603

A movimentação dos fundos em cada exercício foi a seguinte:

Fundo Quitação por Morte - Operações com Participantes	Consolidado		Plano FAF		Plano II		Plano III	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Saldo Inicial	1.760	1.746	1.260	1.299	170	156	330	291
Utilizações / Reversões	(227)	(100)	(227)	(95)	-	-	-	(5)
Constituições	112	48	-	-	29	11	83	37
Rentabilidade Geral	246	66	158	56	30	3	58	7
Total	1.891	1.760	1.191	1.260	229	170	471	330

Fundo Inadimplência - Operações com Participantes	Consolidado		Plano FAF		Plano II		Plano III	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Saldo Inicial	3.696	3.547	3.253	3.113	170	156	273	278
Utilizações / Reversões	(37)	(44)	-	3	-	-	(37)	(47)
Constituições	112	47	-	-	29	11	83	36
Rentabilidade Geral	531	146	455	137	29	3	47	6
Total	4.302	3.696	3.708	3.253	228	170	366	273

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da BRF Previdência podem ser assim consideradas:

- Patrocinadoras: mencionadas na nota 1, cujo relacionamento ocorre por intermédio de Convênio ou Termo de Adesão para oferecimento dos Planos de Benefícios para seus empregados e dirigentes.
- Participantes: dos Planos de Benefícios que também atuam na administração da Entidade, como os funcionários da BRF Previdência, incluindo a Diretoria Executiva e membros do Conselho Fiscal e Deliberativo, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no Estatuto Social.

As informações referentes às contribuições a receber de patrocinadores e participantes, encontram-se detalhadas na nota explicativa 5 e sobre os empréstimos encontram-se na nota 7.2.6.

A BRF Previdência possui operações com partes relacionadas. Sumário das transações com as Patrocinadoras:

ATIVO	31/12/2023	% em relação ativo total	31/12/2022	% em relação ativo total
Debêntures de Empresas S.A. Aberta Companhia	67.153	1,47	65.620	1,51
Ações no mercado a vista Companhia	99.026	2,17	59.373	1,36
CLIE BRF II FIDC SEM Companhia	60.168	1,32	0	0,00
Alugueis a receber Imóveis Locados a Patrocinadoras ⁽¹⁾	2.211	0,05	2.197	0,05

⁽¹⁾ Incluso aluguel a receber da patrocinadora BRF Previdência, classificado como Uso Próprio.

⁽²⁾ Refere-se ao aluguel dos imóveis mantidos pela Entidade (Nota 7.2.5). O valor do aluguel é compatível com o valor de mercado.

17. APRESENTAÇÃO DOS EFEITOS DA CONSOLIDAÇÃO

O quadro a seguir apresenta as contas contábeis utilizadas e os respectivos valores relativos à consolidação do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

Grupo de Contas Contábil	Conta	31/12/2023	31/12/2022
Ativo	Gestão Previdencial	415	44
	Outros Realizáveis	415	44
Ativo	Participação no Plano de Gestão Administrativa	15.507	12.038
	Plano de Benefícios	15.507	12.038
Ativo	Gestão Administrativa	920	463
	Custeio Administrativo dos Investimentos	920	463
Ativo	Gestão Administrativa	169	260
	Outros Realizáveis	169	260
Passivo	Gestão Previdencial	1.235	685
	Outras Exigibilidades	1.235	685
Passivo	Gestão Administrativa	220	39
	Outras Exigibilidades	220	39
Passivo	Gestão Investimentos	49	43
	Taxa de Administração a Pagar	49	43
Passivo	Participação no Fundo Administrativo do PGA	15.507	12.038
	Plano de Benefícios	15.507	12.038

18. OUTRAS INFORMAÇÕES

18.1. CNPJ POR PLANO

Conforme determinações da Resolução CNPC nº46, de 1º de outubro de 2021 e da Resolução PREVIC nº 12, de 16 de agosto de 2022, e alterações posteriores, a BRF Previdência, realizou todos os procedimentos e ações necessárias para identificação e efetivação da independência patrimonial por meio do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica- CNPJ por plano de benefícios, trazendo com isso, identidade própria e individualizada em todos os aspectos regulamentares, cadastrais, atuariais, contábeis e de investimentos, além do Cadastro Nacional de Plano de Benefícios – CNPB já existentes.

A Receita Federal do Brasil, com apoio da PREVIC, em outubro de 2022, informou por meio da Nota RFB/SUFIS nº 8, de 10/10/2022, que os CNPJs dos planos de benefícios administrados pelas EFPC's, identificados pelo CNPB, foram abertos, porém, conforme previsto no parágrafo 1º do artigo 5º da Resolução CNPC 46/2021, a inscrição no CNPJ não confere personalidade jurídica própria aos planos de benefícios.

As adequações realizadas pela BRF Previdência, limitam-se as estruturas operacionais, sendo que, não produziram impactos e/ou efeitos patrimoniais em nenhum plano de benefícios administrado.

19. EVENTOS SUBSEQUENTES

LEI ORDINÁRIA Nº 14.803/2024

Em 11 de janeiro de 2024, foi publicada a Lei nº 14.803, a qual permite aos participantes ativos e assistidos de plano de previdência complementar optarem pelo regime de tributação, entre progressivo ou regressivo, por ocasião da obtenção do benefício ou do primeiro resgate dos valores acumulados. Anteriormente a opção pelo regime de tributação era obrigatoriamente feita no momento de adesão dos participantes aos planos. Esta Lei altera a Lei nº. 11.053, de 29 de dezembro de 2004 e entra em vigor na data de sua publicação.

DIRETORIA EXECUTIVA

ROSANE VON MECHELN

Diretora Superintendente
CPF 552.220.999-20

MARCIO JOÃO TAVARES

Diretor de Investimentos
CPF 142.414.068-40

MAURO BOGONI

Diretor Administrativo e de Seguridade
CPF 918.672.409-63

LUCIANA VENANCIO CARDOSO

Contadora Responsável
CPF 283.160.228-93
CRC nº 1SP 248640/O-9